

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Gustavo Silva Lyra

ANÁLISE TERRITORIAL DA CIDADE DE GOIÁS: PATRIMÔNIO
MUNDIAL

Brasília-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Gustavo Silva Lyra

ANÁLISE TERRITORIAL DA CIDADE DE GOIÁS: PATRIMÔNIO
MUNDIAL

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa.

Brasília-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Gustavo Silva Lyra

ANÁLISE TERRITORIAL DA CIDADE DE GOIÁS: PATRIMÔNIO
MUNDIAL

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da
Universidade de Brasília, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – UnB

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – UnB

Dr. Renan Amabile Boscariol – Secretaria de Educação do Distrito Federal

Doutoranda Rúbia de Paula Rúbio-Schrage – Secretaria de Educação do Distrito Federal

em: 05 /07/2019

Brasília, 05 de julho de 2019.

*“Quem sentirá a Vida
destas páginas...
Gerações que não de vir
de gerações que vão nascer”
(Cora Coralina)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe Hilda e meu pai Humberto por todas as oportunidades oferecidas, conselhos, apoio e amor incondicionais.

Agradeço a minha vó Maria por me ensinar que a vida é mais simples do que a gente pensa, e que levar as coisas com mais leveza torna tudo melhor. Sou eternamente grato por ter sido neto de uma mulher tão sábia.

Agradeço a minha vó Stella por ter me influenciado no amor por cidades históricas e pelo apreço às artes, o qual sempre me motivou a buscar pelo belo;

Agradeço as minhas irmãs Mariana e Carina, pela paciência, compreensão, amor e sutilezas que nos acompanham desde sempre;

Ao professor Everaldo Costa, agradeço pela orientação e paciência durante o processo de escrita;

A Lucas Feitosa, agradeço pela agradável companhia nas caminhadas pelas cidades históricas de Goiás e Sergipe, pelas observações sempre pertinentes, por todos os sorvetes e queijadas, pela paz e apoio sempre muito bem-vindos durante essa jornada;

A Bruna Roberta pelo apoio nos momentos mais conturbados da escrita, pelas valiosas dicas e pelo cuidado comigo durante todo o processo de pesquisa e escrita;

A Lucas Marques pela amizade e pelos momentos de descontração durante a pesquisa, os quais tornaram o desenvolvimento dessa muito mais leve;

Agradeço a Manuela Machado pela ajuda com a confecção dos mapas, pela paciência com o meu incansável falatório, pela compreensão com os assuntos da vida e pelo jeito de levar a vida, o qual me incentiva a ser mais livre;

A Tiago Ribeiro, agradeço pela amizade, conversas sempre leves, animadas, geográficas ou não, e por ser um exemplo de perseverança e esforço a ser seguido;

A professora Izabela Tamasso, agradeço por ter me recebido na UFG, apesar da corrida agenda, e me indicado diversas possibilidades para o trabalho, com uma leveza que me motivou a continuar a pesquisa sobre a cidade de Goiás;

Aos meus amigos, agradeço pelo apoio e compreensão durante esse período de escrita, elencar todos é uma difícil tarefa, porém todos possuem uma participação singular durante esse processo;

Aos vilaboenses, pela acolhida calorosa e pelas valiosas conversas, muitas não relacionadas com o trabalho, mas que foram de extrema importância para me abrir os olhos para muitas coisas da vida. Nutro um carinho especial por este povo acolhedor.

RESUMO

A Cidade de Goiás foi fundada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, às margens do Rio Vermelho e no sopé da Serra Dourada, no início do século XVIII, por volta de 1726, durante bandeiras que percorreram o interior do território brasileiro durante o ciclo do ouro. Até a transferência da sede administrativa para Goiânia, em 1937, a cidade de Goiás foi capital do território homônimo por mais de 200 anos. Por seu desenho urbano peculiar, modelo de cidade mineradora portuguesa, seguindo a morfologia do local, e conjunto arquitetônico vernacular, de caráter regional, em 1950, alguns monumentos isolados foram tombados pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), hoje Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1978, o tombamento se estendeu para todo um perímetro do centro histórico da cidade, integrando neste o conjunto arquitetônico e urbanístico, centro histórico que foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2001. Busca-se compreender de que forma a população da cidade o usa e se apropria deste patrimônio, através das práticas e atribuição de significados aos lugares da cidade. Trata-se de uma pesquisa semiestruturada, com base no método de Costa (2015). A pesquisa se deu a partir da observação e análise das práticas sociais relativas ao uso e apropriação do patrimônio na área declarada pela UNESCO. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas no centro histórico com intuito de analisar e compreender de que forma a dinâmica das relações na cidade ocorrem através da atribuição de significados particulares ao patrimônio por meio de práticas e vivência. Foi analisada também a leitura dos moradores sobre o centro histórico em relação ao restante da cidade, na busca de entender a Cidade de Goiás como uma totalidade.

Palavras-chave: Território, identidade territorial, patrimônio cultural, Cidade de Goiás.

ABSTRACT

The city of Goiás was founded by Bartolomeu Bueno da Silva Filho, the Anhanguera, in the margins of the Vermelho River and in the border of Serra Dourada, in the beginning of the 18th century, by the year of 1726, during the explorations that entered in the Brazilian countryside searching for gold, the bandeiras. Until the transference of the administrative headquarters to Goiania, in 1937, the city of Goiás was the capital of the province with the same name for more than 200 years. Due to the peculiar urban design, pattern of Portuguese village, which followed the local morphology, some individual monuments in the historical center were protected in 1950 by the governmental agency responsible for the national patrimony (IPHAN). In 1978, the protection was extended to a specific perimeter of the historical center, including the architectonic e urbanistic set, which was recognized by the UNESCO as a *World Cultural Heritage* in 2001. The study is semi-structured based on the method adopted by Costa (2015). This research took place by the observation and analysis of the social acts related to the usage and appropriation of the patrimony in the recognized area by the UNESCO. Semi-structured interviews were realized with inhabitants in order to understand how the dynamic of the relations occur by the attribution of specific meanings of the patrimony, attempting to understand the appropriation of the patrimony in the historical center and how it affects the comprehension of the city of Goiás as a whole.

Key-words: territory, territorial identity, cultural heritage, city of Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização da sede do município de Goiás.	12
Figura 2 Localização dos bairros da Cidade de Goiás.....	14
Figura 3 Mapa dos sertões que se compreendem de mar a mar..	22
Figura 4 Mapa de Vila Boa de Goyaz.	24
Figura 5 Detalhe do casario do Largo do Chafariz.....	29
Figura 6 Detalhe da Rua Hugo Ramos	29
Figura 7 Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte.....	31
Figura 8 Área da Cidade de Goiás inscrita na Lista de Patrimônio da Humanidade	33
Figura 10 Museu das Bandeiras	38
Figura 11 Representação da disposição dos bens tombados na primeira fase do tombamento institucional do IPHAN.	39
Figura 12 Disposição dos bens tombados na segunda fase do tombamento institucional do IPHAN.....	43
Figura 13 - Panfleto elaborado pela OVAT sobre a Semana Santa.....	45
Figura 14 - Jardim da Velha Casa da Ponte	46
Figura 15 - Coluna da UNESCO na entrada da Cidade de Goiás.	52
Figura 16 - Comércio no Largo do Pelourinho.	61
Figura 17 - Praça São Francisco, no centro histórico de São Cristóvão (SE)	63
Figura 18 - Limite da área tombada da cidade de São Cristóvão	64
Figura 19 - Museu da Inconfidência de Ouro Preto (MG)	65
Figura 20 - Área periférica de Ouro Preto	66
Figura 21 - Rua Direita, Diamantina (MG)	69
Figura 23 - Centralidade reconhecida na Cidade de Goiás	72
Figura 24 - Detalhe da Rua Antônia Luiza Ferreira, Cidade de Goiás	74
Figura 25 - Logo da Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás.....	79
Figura 26 - Tabela da RAIS com o número de estabelecimentos na Cidade de Goiás .	81
Figura 27 - Tabela da RAIS com o número de vínculos na Cidade de Goiás	82
Figura 28 - Panfleto da Secretaria Municipal de Educação	83

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CELG - Companhia de Energia Elétrica de Goiás

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IFG - Instituto Federal de Goiás

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHN - Museu Histórico Nacional

ONU - Organização das Nações Unidas

OVAT - Organização Vilaboense de Artes e Tradições

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SANEAGO - Companhia de Saneamento de Goiás

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
OBJETIVOS.....	16
METODOLOGIA.....	16
1. Das bandeiras ao Patrimônio da Humanidade: notas sobre a formação da Cidade de Goiás.....	21
1.1 De arraial a capital do estado de Goiás.....	23
1.2 A perda do título de capital para Goiânia.....	27
1.3 Tombamento nacional e reconhecimento como Patrimônio da Humanidade ..	30
2. Processos de patrimonialização da Cidade de Goiás.....	34
2.1 O patrimônio no Brasil.....	35
2.1.1 Gênese da patrimonialização da cidade de Goiás: IPHAN.....	37
2.2.2 Patrimonialização ‘popular’: Organização Vilaboense de Artes e Tradições e Cora Coralina.....	44
2.2.3 Patrimonialização global e totalidade urbana: UNESCO.....	49
3. Problemática observada em sítios históricos brasileiros inseridos na Lista do Patrimônio Mundial.....	58
3.1 Salvador (BA) e a gentrificação do Pelourinho.....	60
3.2 Praça São Francisco e gestão compartilhada em São Cristóvão (SE).....	62
3.3 Ouro Preto (MG) e a periferização.....	65
3.4 Diamantina (MG) e a fragmentação urbana.....	67
4. Problemática observada na Cidade de Goiás: casos e relatos.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
FONTES DOCUMENTAIS.....	98
APÊNDICE.....	101

INTRODUÇÃO

O município de Goiás se localiza no estado homônimo, na mesorregião do Noroeste Goiano, na microrregião do Rio Vermelho (Figura 1). Está situada nas bordas da Serra Dourada, do Morro Cantagalo, Morro das Lages e Morro de São Francisco, numa altitude de cerca de 496 metros. De acordo com o IBGE, a cidade possuía em 2010 uma população de cerca de 24,727 pessoas, sendo a 41^o mais populosa do estado de Goiás.

A Cidade de Goiás foi fundada por volta de 1726 durante as bandeiras que percorriam o interior do país, no ciclo do ouro, por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera. Primeiramente, foi chamada de Arraial de Sant'Anna e, logo depois, de Vila Boa, e, por fim, Goiás (Borges, 2010).

O desenho urbano da cidade segue o tradicional modelo pombalino das cidades coloniais portuguesas, sendo “um exemplo de uma cidade mineradora adaptada às condições do sítio” (IPHAN, 2014). A distância dos principais centros urbanos do Brasil na época foi fator determinante para que a cidade fosse construída com adaptações técnicas e arquitetônicas ao modelo original de cidade colonial portuguesa, como por exemplo, o uso de adobe, taipa de pilão para estruturas, construções de pau-a-pique, e ainda, a simplificação do traçado arquitetônico, para facilitar execução das construções (IPHAN, 2014).

A Cidade de Goiás foi capital do território homônimo por mais de 200 anos, até a transferência da sede administrativa para Goiânia. Ocorrida em 1937, a mudança da capital foi liderada pelo então governador do estado, Pedro Ludovico Teixeira, que buscava criar uma imagem mais moderna do estado através da nova cidade, construída com o propósito de abrigar a sede administrativa do estado de Goiás. A Cidade de Goiás era rotulada como centro oligárquico, decadente e atrasado (Chaul apud De Melo Junior, 2010) ao passo que Goiânia, com suas extensas avenidas e suas construções em art-decò, simbolizava o moderno. Com isso, a Cidade de Goiás caiu no ostracismo na medida em que as atenções do governo do estado recaíam sobre a nova capital. Como “resposta” à mudança da capital, foi criada a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), na década de 60, a qual objetivava resgatar práticas do passado para compor uma identidade da cidade, pois, como citado no discurso fundador da OVAT, foi vislumbrado que “[...]o futuro de Goiás era o passado” (Delgado, 2005).

Estado de Goiás - Localização da Cidade de Goiás (GO)

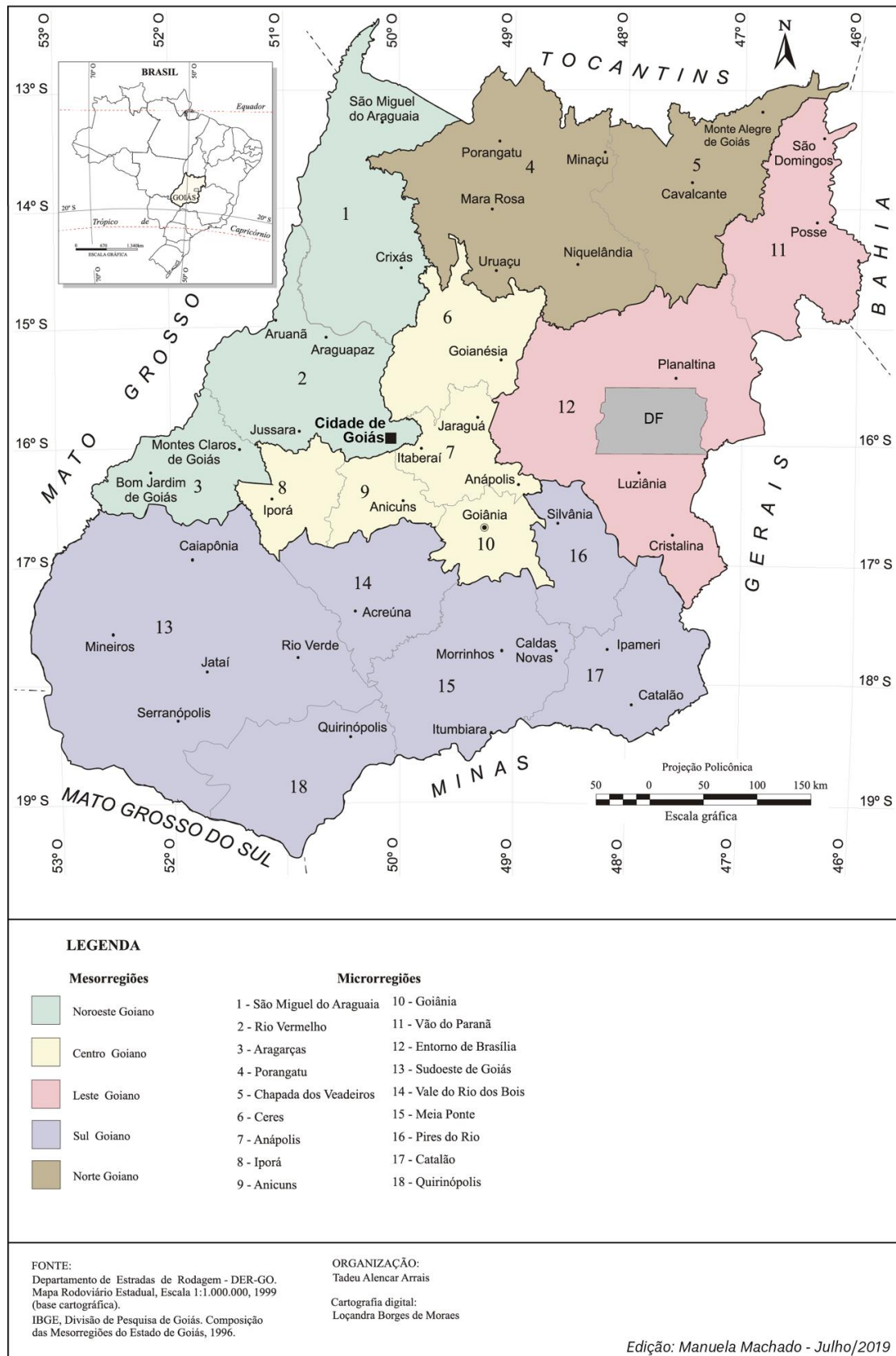


Figura 1 Localização da sede do município de Goiás no estado homônimo. Fonte: DER-GO. 1996.

A história é então utilizada, por parte da Organização, na produção de Goiás como um lugar de memória (Delgado, 2005). Em 1950, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), passa a proteger alguns monumentos em isolado e o conjunto do Largo do Chafariz e da Rua da Fundação. Em 1978, a proteção se estendeu ao atual centro histórico. Em 2001, o centro histórico da Cidade de Goiás é reconhecida em 2001 pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, através do *Dossiê Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*.

Para atender as exigências da UNESCO, foram elaborados em conjunto o Plano Diretor da cidade e o Dossiê de Goiás, os quais contaram com a colaboração do IPHAN, prefeitura municipal e entidades culturais, voltadas à preservação do patrimônio histórico. Porém, outras áreas da cidade não foram levadas em consideração nos documentos, sendo sequer citadas, atestando a invisibilidade do restante da cidade perante o centro histórico e ignorando necessidades da população residente fora do perímetro tombado.

“A relação dos habitantes com os bens tombados é considerada apenas sob a perspectiva de quem mora no centro histórico, naturalizando-se a ideia de que todos usufruem dos benefícios de organizar a cidade em torno do patrimônio tombado e ocultando-se os conflitos e confrontos que envolvem a implantação dessa política de patrimônio e gestão urbana.” (Delgado, 2005, p.132).

A partir da análise da dinâmica do centro histórico da Cidade de Goiás e suas particularidades por conta do tombamento e reconhecimento da UNESCO, a pesquisa busca compreender de que forma os vilaboenses se relacionam e utilizam o território do perímetro tombado e reconhecido, e de que forma esse tombamento influencia no ordenamento urbano da cidade, bem como na construção de uma identidade territorial vilaboense. Para a captura dessa problemática, a fala de moradores dos bairros fora do centro histórico (Figura 2) tais como Setor Rio Vermelho, Setor Aeroporto, Vila Lions, e de moradores do centro se fez necessária para compreensão da relação desses moradores com o centro histórico, refuncionalizado pelos processos de patrimonialização, e também para a compreensão da cidade como uma totalidade. Santos (2002) afirma que o todo só pode ser capturado a partir do conhecimento das partes, e as partes só podem ser compreendidas através do conhecimento do todo, sendo necessária a compreensão do movimento conjunto do todo e das partes para alcançar a verdade total, ideia que dá sustento às entrevistas. A pesquisa foi semi-estruturada a partir de Costa (2015), e também se baseou em Delgado (2005) e Tamasso (2007).

Bairros da Cidade de Goiás- GO

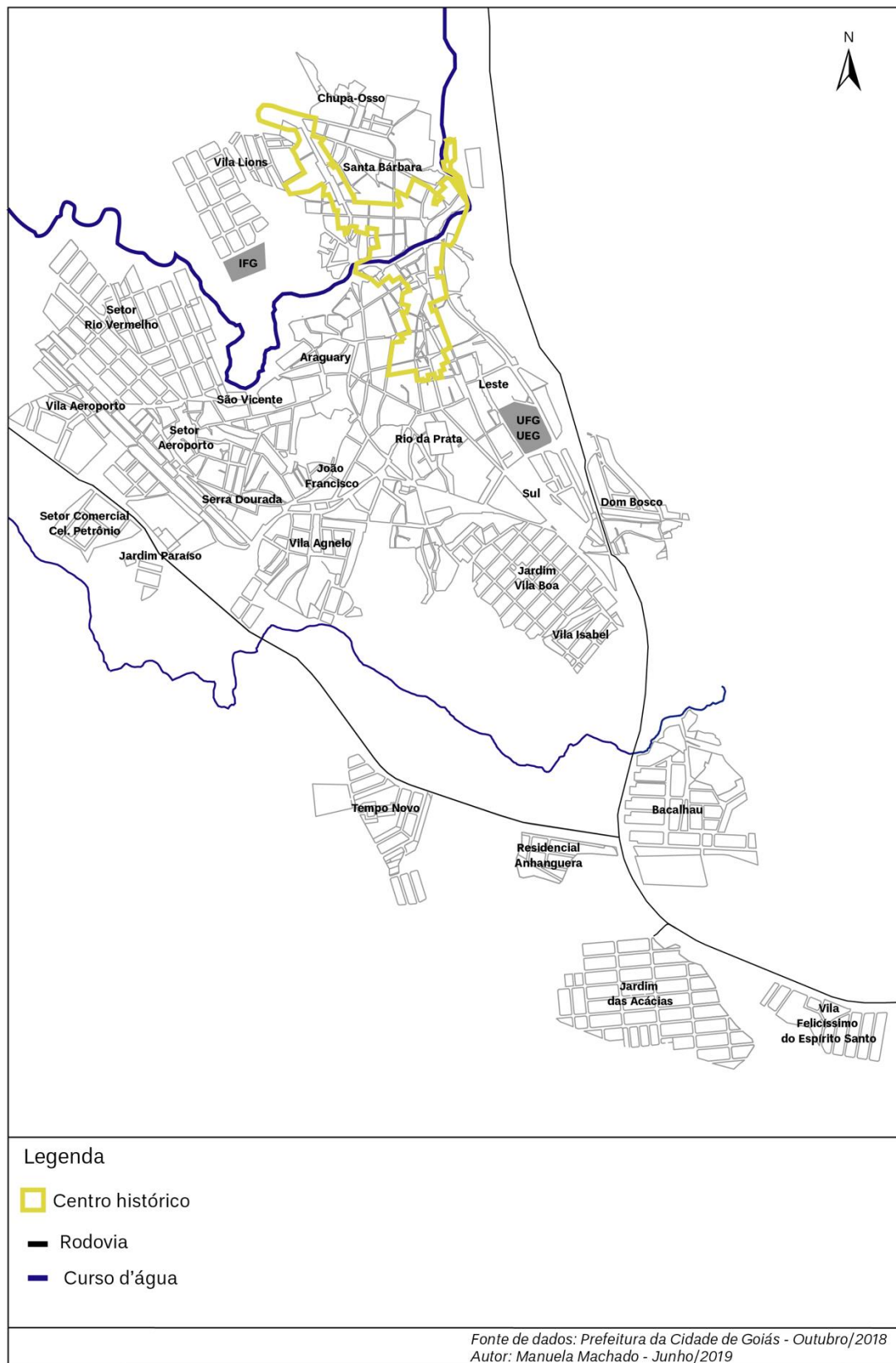


Figura 2 Localização dos bairros da Cidade de Goiás. Fonte dos dados: Prefeitura da Cidade de Goiás, 2018.

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de uma cidade com uma área tombada pelo IPHAN e inscrita na lista da UNESCO, a Cidade de Goiás possui certas restrições quanto ao planejamento e crescimento urbano em sua área central. O tombamento realizado pelo IPHAN trata-se de um ato administrativo que segue as regulamentações do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, cujo intuito é a proteção de bens materiais de interesse para a preservação de uma memória coletiva através de restrições de uso e modificações (IPHAN, s/d).

Observa-se que houve a readequação de uma série de elementos urbanos da Cidade de Goiás, consoantes aos padrões do IPHAN, para atenderem as exigências da UNESCO para a inscrição da cidade na *Lista do Patrimônio Mundial*, ao passo que outras áreas da cidade carecem de uma infraestrutura adequada. O Plano Diretor da cidade e o Dossiê Goiás não citam outras áreas que não as do centro histórico tombado, tratando o restante da cidade de uma forma generalizada, o que atesta a posição secundária que os outros bairros da cidade (Figura 2) ocupam no planejamento urbano.

A análise das relações entre bairros circundantes com o centro histórico se faz relevante para capturar a cidade histórica em sua totalidade, e de que forma as relações e práticas nela ocorrem. A vivência nos revela a origem dos significados atribuídos aos locais habitados, logo, se faz elemento importante para a compreensão das práticas estabelecidas na cidade. Ao nível da Cidade de Goiás, a vivência dos moradores é levantada em diversas publicações acadêmicas, devido ao fato de a cidade abrigar importantes signos de memórias e ser palco de práticas culturais.

A análise considerou avaliar a leitura e a apropriação que a população possui sobre o centro histórico da cidade, para compreender de que forma o restante da cidade se relaciona com o centro histórico e ampliar a visão sobre o que é de fato a cidade, a qual não se resume a esse centro. Considerou-se também levantar as problemáticas observadas e vividas pelos habitantes da Cidade de Goiás que se relacionam com a questão patrimonial para compreender de que forma o centro histórico da cidade influencia no cotidiano da população vilaboense e serve como elemento constitutivo para uma identidade territorial vilaboense e goiana.

OBJETIVOS

O **objetivo geral** do presente trabalho é e analisar o território da Cidade de Goiás na perspectiva de compreender de que forma o processo de patrimonialização da cidade influencia no cotidiano da população vilaboense.

Os **objetivos específicos** são: compreender o processo de formação urbana da cidade de Goiás; analisar o processo de patrimonialização da cidade de Goiás; e debater a relação da população vilaboense com o centro histórico tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO.

METODOLOGIA

O conceito de território utilizado por Milton Santos em sua bibliografia é central para o desenvolvimento do trabalho pois dá sustento à análise feita da Cidade de Goiás, bem como a discussão levantada por Haesbaert sobre o território e seus desdobramentos. Santos (1994) afirma que o território é constituído de formas, mas que o território usado são objetos e ações que acabam o tornando um sinônimo de espaço humano, e que o uso do território o torna objeto da análise social. Haesbaert (2005) entende o território como conceito relacionado ao poder de uma forma mais concreta, não só relacionado ao poder político, mas também num sentido de dominação e apropriação mais subjetiva, podendo ser também cultural ou simbólica.

“Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (Haesbaert, 2005).

Ao se propor a investigação do território da Cidade de Goiás, fez-se enriquecedor à análise também levar em consideração o conceito de *identidade territorial*. Haesbaert (1997) afirma que o território é um elemento essencial na produção de identidades pois possui uma carga histórica e paisagística, representando uma memória coletiva, sendo um dos alicerces para a construção de uma identidade territorial.

“As identidades, em seu caráter múltiplo e relacional, são sempre reconfiguradas, tanto em relação ao passado aliando memória e/ou imaginação,

portanto, aliados à dimensão histórica, produzem o presente apontando o futuro, do qual se utilizam do entorno e dos contornos especiais dos quais são vividos, vivenciados, experienciados, “comidos”, “roídos”, recorrendo também, à dimensão geográfica, sócio-espacial”. (Haesbaert apud Mondardo, 2009).

A identidade territorial, seguindo a lógica apontada por Mondardo (2009), seria então construída de forma geográfica e histórica através das relações sociais.

O conceito de *identidade* é anterior ao de identidade territorial, e sua captura é enriquecedora para a análise do trabalho. Stuart Hall (2006) apresentava três diferentes concepções de identidade, sendo uma delas a do “sujeito pós-moderno”, o qual não possui uma identidade “fixa, essencial ou permanente”. De acordo com Hall (2006) , “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987)”. Percebe-se que a identidade, na lógica apontada por Hall (2006), se relaciona com o conceito de território de Haesbaert (2005), pela relação que os sistemas culturais possuem com o território, e ambas ideias combinadas sustentam a conceituação de identidade territorial.

Para entender de que forma o território e a identidade territorial se desenvolveram na Cidade de Goiás, foi necessária a definição do recorte espacial para analisar os movimentos históricos ocorridos neste para analisar de que forma essa metamorfose histórica influencia na construção do território e da identidade territorial vilaboense. O perímetro do centro histórico da Cidade de Goiás, tombado nacionalmente e reconhecido internacionalmente como patrimônio pela UNESCO, foi escolhido como recorte principal da pesquisa, pois tal perímetro possui uma carga histórica e paisagística significantes no contexto da cidade . Tal centro histórico dialoga com o restante dos bairros da cidade, de forma que as relações ali estabelecidas influenciam na construção dessa identidade.

Entende-se que as práticas culturais que se estabelecem em determinado contexto, as quais se leva em consideração o território, encontram-se em constante mudança pois o sujeito pós-moderno encontra-se suscetível às influências da globalização, as quais alteram e modelam territórios seguindo uma lógica de mercado.

Segundo Santos (2013) a globalização trata-se do ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, o qual tem influência direta na política e no estado das técnicas, em especial as técnicas da informação. O fenômeno da globalização

tem influência direta no desenvolvimento do território, bem como da identidade, como apontado por Hall (2006).

Os processos de patrimonialização também estão intimamente ligados à lógica capitalista que a globalização nos apresenta, levando ao conceito de *patrimonialização global*. Costa (2015) define a patrimonialização global como o

“[...] brusco movimento universal de especularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária”.

O fenômeno da patrimonialização, bem como as mudanças urbanas, de uma forma geral, influenciados pela globalização, “propicia(m) uma descontinuidade, uma fragmentação e uma ruptura, dentro dos deslocamentos impulsionados pela patrimonialização, nos lugares” (Hall apud Costa, 2015, p. 39). Assim, a patrimonialização global age como instrumento socioeconômico e cultural moderno, a partir de diversas ideologias, ressignificando lugares de memória e transfigurando territórios de identidade, em nome do capital (Costa, 2015).

As lógicas mercadológicas influenciam na manutenção de espaços “patrimonializados” através de práticas específicas que atendem determinado estrato social, o que acaba por interferir e até mesmo ditar de que forma esses espaços são e serão ocupados.

A pesquisa foi semiestruturada com base em Costa (2015), Delgado (2005) e Tamasso (2007). A obra de Costa (2015) foi utilizada para a captura do debate acerca do ordenamento territorial das cidades-patrimônio inseridas no contexto da patrimonialização global, trazendo a necessidade da compreensão dessas cidades-patrimônio em sua totalidade, indo para além dos limites dos centros urbanos inseridos na lógica da patrimonialização global.

A obra de Delgado (2005) serviu de base para a compreensão acerca da delimitação da Cidade de Goiás como bem cultural numa discursiva de patrimônio nacional promovida pelo IPHAN, a reinvenção das tradições locais através da atuação da Organização Vilaboense de Artes e Tradições, e da construção da cidade “Patrimônio Mundial” por meio da confecção do Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade, e também da produção de uma memória

coletiva por meio da bibliografia de Cora Coralina.

A obra de Tamaso (2007) foi utilizada como base para a construção de um apanhado histórico dos processos de patrimonialização da Cidade de Goiás, para a captura dos processos de apropriação e expropriação do patrimônio por agentes locais e externos da cidade, e para a leitura dos efeitos sociais e urbanos gerados pelos processos de patrimonialização ocorridos na cidade apontados pela autora.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma coleta de dados, especialmente em bases governamentais e internacionais como as da Prefeitura de Goiás; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Foi realizado também um apanhado teórico em artigos com temática relacionada à cidade de Goiás, a cidades tombadas, patrimônio cultural no Brasil, identidade e cultura, conflitos de usos e apropriações de áreas declaradas patrimônio.

Através da análise de dados obtidos e da correlação destes com o apanhado teórico, foi feita uma contextualização sobre a cidade de Goiás e do processo de patrimonialização de seu centro histórico. Foram realizadas três saídas de campo, para compreender de que forma as práticas sócio-culturais se espacializam em Goiás. Durante os campos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com moradores de bairros dentro e fora do perímetro tombado do centro histórico.

Optou-se pelo procedimento de entrevista semi-estruturada, o qual possibilita combinar perguntas abertas e fechadas e facilita a análise das informações obtidas, das respostas ao tema abordado, e também abre a possibilidade para o entrevistado responder as perguntas com uma maior riqueza de informações.

Foi realizado também um campo no centro histórico da cidade de São Cristóvão (SE) na tentativa de compreender de que forma a gestão do patrimônio tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO é gerido. No campo na cidade sergipana, foi feita também uma breve observação no perímetro histórico de como é a relação dos moradores com o patrimônio local, bem como a relação da área patrimonial com o restante da cidade.

Tais informações coletadas no campo em Sergipe dialogam e enriquecem a análise da Cidade de Goiás pois trouxeram um novo entendimento de como se desenvolve a questão patrimonial em cidades históricas no Brasil

Foram utilizadas também informações de um campo realizado em Diamantina (MG), para a captura da problemática do ordenamento territorial das cidades-patrimônio do Brasil.

1. Das bandeiras ao Patrimônio da Humanidade: notas sobre a formação da Cidade de Goiás

O surgimento e expansão de núcleos urbanos no Brasil Central está intimamente ligado ao movimento das *bandeiras*. As *bandeiras* foram expedições no século XVI que seguiram em direção ao interior do território então desconhecido, inicialmente para captura de indígenas para mão-de-obra, utilizando o Rio Tietê como meio de penetração para o interior da colônia (Bertran, 1994). As *bandeiras*, no geral, por serem expedições particulares, não respeitavam o limite do Tratado de Tordesilhas, fator responsável pela anexação do grande território do oeste e norte brasileiros por meio do Tratado de Madri, o qual foi assinado com o princípio “*uti possidetis, ita possideatis*”, traduzido literalmente como “como possuíis, assim possuiais”, ratificando assim as descobertas dos bandeirantes (Rio Branco, 2010).

O atual território do estado de Goiás começou a ser povoado por conta das bandeiras, em especial a bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva. Entre 1682 e 1684, uma bandeira liderada por Bueno da Silva percorre o território então conhecido como *sertão dos Goyazes*, e chega até a Serra dos Martírios, também conhecida como Serra das Andorinhas, no sul do Pará, mas não se estabelece e retorna à São Paulo para anunciar o feito e proclamou que acreditava que aquela região havia abundância de ouro, por ter passado em regiões que possuíam o metal, em especial nos arredores do Rio Vermelho (Figura 3). Em 1719, a bandeira liderada por Pascoal Moreira Cabral descobre ouro em abundância no Rio Coxipó, afluente do Rio Cuiabá, e ali cria um dos primeiros núcleos fixos de povoamento português nos sertões, e também um caminho fluvial entre São Paulo e Cuiabá (Nogueira, 2012). Em 1722, Bartolomeu Bueno, o filho, volta para a região e reencontra o Rio Vermelho, e retorna a São Paulo para confirmar a existência de ouro no *sertão do Goyazes*, e é condecorado Capitão-Mor por conta de sua descoberta. Em 1726, volta para a Região do Rio Vermelho, e funda uma série de vilas e arraiais nas margens do rio, dentre eles o Arraial de Sant’Ana, da Barra, do Ferreiro, e de Ouro Fino, na região da atual Cidade de Goiás (Dossiê, anexo II, 2013). Hoje o Arraial de Sant’Ana é a sede do município de Goiás, com nomenclatura homônima, e os demais arraiais são os respectivos distritos de Buenolândia, Ferreiro e Ouro Fino, pertencentes à área municipal.

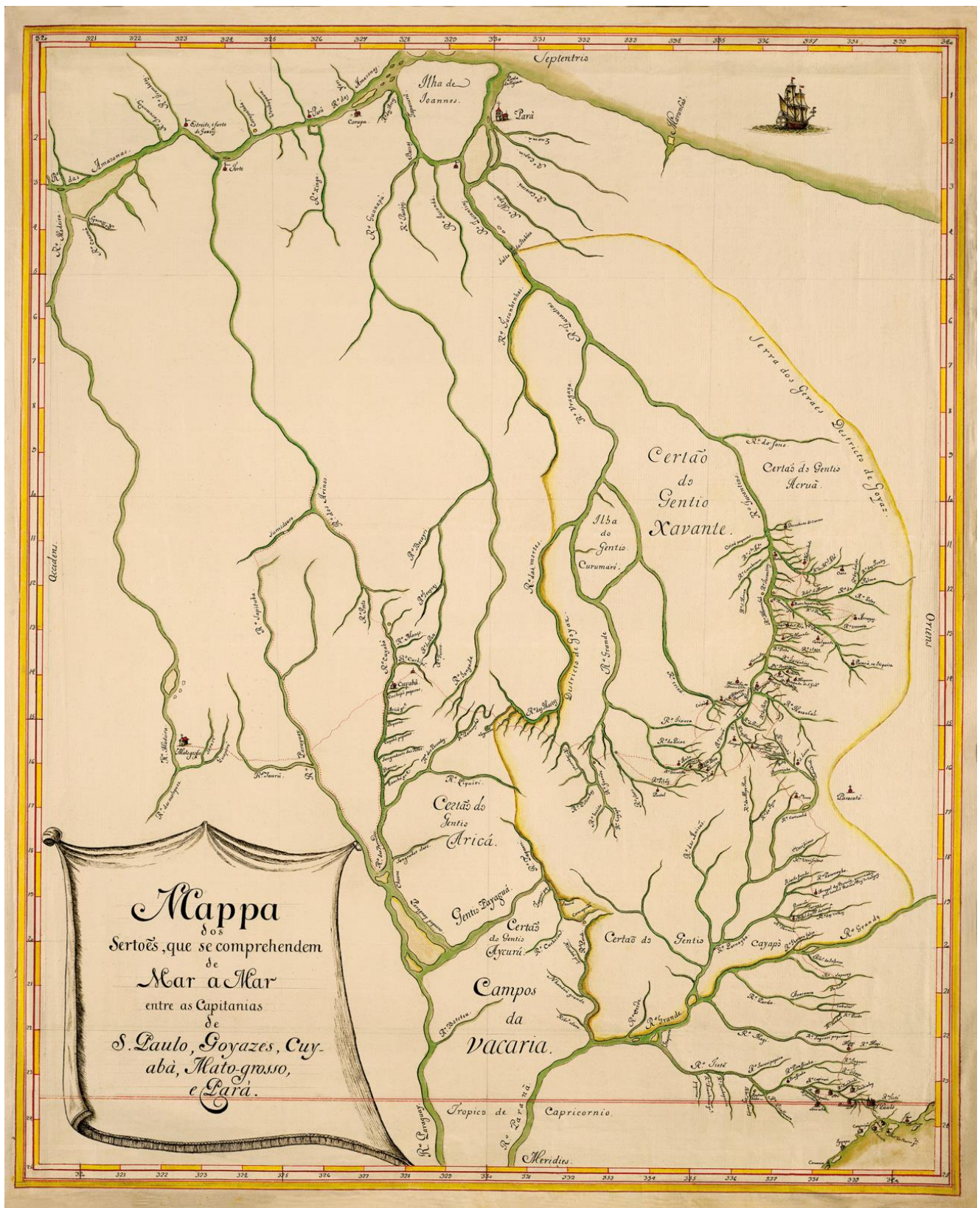


Figura 3 Mapa dos sertões que se compreendem de mar a mar. Limite da Capitania de Goyaz traçado em amarelo e vilas indicadas, com destaque para o pontilhado vermelho, indicando o Arraial de Sant'Ana. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

1.1 De arraial a capital do estado de Goiás

Fundado em 1726, nas margens do Rio Vermelho, o Arraial de Sant'Ana foi um dos primeiros núcleos de povoamento de Goiás, surgido como núcleo de exploração aurífera. A região atraiu um número considerável de pessoas em busca do abundante ouro na região, principalmente após a volta de Bartolomeu Bueno da Silva à São Paulo, que anunciou a descoberta de ouro ali. Por se situar longe dos grandes núcleos urbanos coloniais da época, o Arraial de Sant'Ana passou por um período de instabilidade populacional e pouco investimento na construção do povoado, resultando em uma das características da atual Cidade de Goiás, a arquitetura vernacular, adaptada às condições locais (Passos, 2018). A ocupação se deu essencialmente nas margens do rio, por meio das divisões dos terrenos para a exploração do ouro, as chamadas datas, concedidas pelos mineradores. Outro núcleo urbano importante na região nessa época era Meia-Ponte, atual Pirenópolis, a qual surgiu também em decorrência da mineração, porém era povoada majoritariamente por imigrantes espanhóis.

Com o início da povoação da nova área, em 1726 a coroa ordenou o então governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, a instalar uma vila e sua comarca, divisão administrativa e judiciária da época e que possuía a tutela de um ouvidor. Essa medida visava o estabelecimento efetivo da coroa portuguesa na região por meio das instituições e administração supervisionada. Conde de Sarzedas chegou na região de Meia-Ponte em 1737, porém morreu no mesmo ano em Traíras, no norte de Goiás. Parte dos habitantes da região preferia que a vila fosse instalada em Meia Ponte, por se situar mais próxima do centro das minas.

Porém, em 1739, Conde d'Alva, sucessor do Conde de Sarzedas, decide por se estabelecer no Arraial de Sant'Ana, por ser mais próxima ao Mato Grosso, visando a manutenção desta área, assegurando sua proteção, caso necessário. O Arraial de Sant'Ana passa então a se chamar Vila Boa de Goyaz, em alusão a *Bartolomeu Bueno* (*bueno = bom, em espanhol, logo, vila de Bueno, Vila Boa*) e aos índios *goyazes* que habitavam a região. Até então, Vila Boa de Goyaz se mantinha através da extração de ouro e a especialização na atividade mineradora impediu que outras atividades econômicas se desenvolvessem na região (Dossiê, anexo II, p. 8 – 14, 2013).

Em 1744, com a criação da Capitania de Goyaz, medida tomada para facilitar a fiscalização da produção aurífera, evitar o contrabando e sanar as reclamações dos moradores da região em relação ao abandono desta pela Capitania de São Paulo, Vila Boa de Goyaz foi elevada à categoria de capital (Dossiê, anexo II, p. 14 2013; Passos, 2018).

Na segunda metade do século XVIII, Marques de Pombal assumiu o cargo de primeiro-ministro de Portugal e passou a administrar o estado português e suas colônias. A administração pombalina foi marcada nas colônias por uma série de reformas de infraestrutura, em especial no traçado urbano e arquitetônico, com o propósito de afirmar a autoridade e ordem da coroa portuguesa, em especial nas áreas próximas das posses espanholas. De acordo com Schurmann (1999), o traçado urbano proposto previa o alinhamento das ruas e vielas, onde a praça seria o primeiro elemento a ser delimitado, seguido da igreja, do pelourinho, da casa de câmara e cadeia e das demais repartições públicas. O modelo pombalino de cidade, baseado nas intervenções urbanísticas realizadas em Lisboa após o terremoto que atingiu a cidade em 1755, trouxe algumas modificações ao traçado urbano, como o traçado ortogonal das ruas, e intervenções arquitetônicas como o alinhamento das fachadas (Figueiredo 2014).

O então governador da Capitania, Luís de Mascarenhas, foi o responsável pela realização das modificações em Vila Boa de Goyaz, que se tratou da adição de uma praça no existente largo triangular na parte central da vila, onde seriam instalados o pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia, consistindo no novo centro de poder da vila (Figura 4). Mascarenhas, porém, seguiu apenas as instruções referentes aos projetos urbanísticos, mantendo o traçado do núcleo original e adicionando o padrão reticular das ruas ao redor desse núcleo.

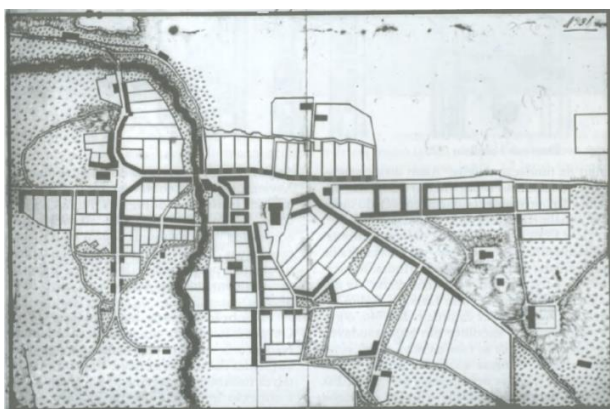


Figura 4 Mapa de Vila Boa de Goyaz após reformas para reformulação do desenho urbano. Delson, 1997.

A atividade mineradora atraiu um contingente populacional significativo para Vila Boa de Goyaz, fazendo com que a vila crescesse de forma considerável. Porém, por volta de 1770, a exploração de ouro entrou em decadência, pois o ouro de aluvião, encontrado nas margens e no leito dos rios, comum na região, acabou se esgotando (Dossiê, anexo II, p. 15).

Ao passo que a mineração se desenvolvia, a agricultura e pecuária de subsistência também tomavam corpo de forma paralela na região, fenômeno também observado em outras áreas da colônia, onde atividades agropecuárias também se estruturavam, bem como entrepostos de abastecimento de tropas e comércio, criando assim uma rede urbana de “tempo lento”, a qual articulava o Centro-Sul e o Nordeste, caracterizando as trocas comerciais do período de mineração do Brasil colonial (Costa e Scarlato, 2009). Essa rede de “tempo lento”, por conta da precariedade das vias de comunicação, o que acarretava na demora da troca comercial e de informações, foi descrita por Levi-Strauss (1986), o qual afirmou que “O interior do Brasil vivia solidariamente uma vida lenta mas contínua”.

A partir do adensamento de povoados surgidos pela mineração, essa rede urbana desenvolvida por meio das atividades agropecuárias, surgidas para suprir as necessidades dessa nova malha urbana interiorana, acabou por ativar um comércio interno na colônia abastecendo em especial as regiões mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Costa, 2015).

O estabelecimento definitivo dessa rede urbana na região do atual Mato Grosso e Goiás se deu especialmente pela rápida escassez do ouro e pela substituição da atividade econômica motriz para a agropecuária, que era exportada para o restante da colônia por meio dessa malha urbana, a qual possuía como entroncamento mais importante as cidades de Vila Boa e Meia Ponte, maiores núcleos urbanos do Brasil Central na época, cidades que se articulavam diretamente com o porto do Rio de Janeiro por intermédio do comércio realizado com os entrepostos de Minas Gerais e São Paulo (Nogueira, 2012). Saint-Hilaire (1975), em seus relatos durante viagem pela Província de Goiás, afirma que o recém-nomeado governador, ao chegar em Vila Boa de Goiás, verificou que não haviam condições de a economia local se basear somente na exploração do ouro, logo, buscou incentivar os esforços locais a se dedicarem à atividade agropecuária .

Em 1822, com o processo de independência da Colônia, esta se tornou um Império, e as Capitânicas passaram a ser Províncias, e Vila Boa continuou como sede administrativa. Em 1823, Vila Boa foi elevada à categoria de cidade, e passou a se chamar Cidade de Goiás. Durante sua passagem pela Província, Auguste Saint-Hilaire questiona a nova nomenclatura da cidade e diz que,

“Ao invés de receber o nome de Cidade Boa, o que seria mais lógico, ela passou a ser chamada de Cidade de Goiás, o que tem o grande inconveniente de repetir o mesmo nome que designa a província inteira. Parece ter sido escolhido a propósito, a fim de relegar ao esquecimento um homem cuja intrepidez e perseverança deve a monarquia portuguesa uma província maior do que a França, e que terminara os seus dias na miséria” (Saint-Hilaire, 1975, p. 49).

Durante a época do Império, a Cidade de Goiás recebeu uma série de investimentos arquitetônicos, estruturais e culturais, tais como a construção do hospital, do liceu de Goyaz, biblioteca pública, teatro, seminário episcopal, orquestra, escola primária e diversos jornais, tornando a cidade um reduto cultural de grande importância para o interior do Brasil (Dossiê, anexo II, p. 14, 2013). Houve a ascensão cultural das elites e o surgimento de diversos poetas, pintores, músicos e compositores, como por exemplo Veiga Valle, pintor e escultor de grande destaque do movimento barroco brasileiro.

A Cidade de Goiás passou a ser referência geográfica e cultural no Brasil Central, tornando-se apoio para as diversas expedições que partiam em direção ao oeste, como a de Marechal Rondon (Dossiê, anexo II, p. 16, 2013). A atividade agropastoril dava sustento à região, que passou a abrigar diversas fazendas e lavouras. As áreas do centro-oeste e norte brasileiros ainda eram pouco povoadas e os núcleos urbanos existentes ainda adivinham das antigas atividades mineradoras, com pouca expansão populacional e de economia expressivamente rural. A pouca expressão econômica, porém, fez com que a morfologia urbana da cidade pouco fosse alterada após a pujança do período imperial, conservando assim características urbanísticas mistas, de construções setecentistas a barrocas, com adaptações à realidade, materiais e técnicas locais, elementos que caracterizam a arquitetura vernacular, conferindo um aspecto único à cidade. Assim, cabe destacar que

O processo histórico singular de ocupação do interior movido pela mineração, com a formação de novos núcleos populacionais ao longo do século XVIII, gera o riquíssimo acervo arquitetônico das Geraes, representado por uma rede de cidades distribuídas pelos antigos caminhos do ouro, hoje integrando o que se denomina *Circuito das Cidades Históricas Mineiras* e mesmo de cidades dos estados de Goiás e do Mato Grosso (Costa & Scarlato, 2009, p. 11).

Com o declínio da atividade mineradora, o título de capital da Cidade de Goiás passou a ser questionado, pois essa escolha se deveu ao fato de a cidade se localizar perto das principais áreas mineradoras da província. A província de Goiás, após a decadência da empresa mineradora, passou a se sustentar economicamente de atividades agropastoris, se espalhando pela província, decentralizando a economia local, e, conseqüentemente, a Cidade de Goiás perdeu o principal aspecto que a tornou capital, a proximidade com o sustento econômico regional. No texto constitucional de 1891, os goianos tornaram oficial o desejo de mudança da capital, ideia ratificada na reforma constitucional de 1898 e também na de 1918 (IBGE, s/d). No 5º artigo do texto definitivo da primeira Constituição Republicana, de 1891 constava que “A Cidade de Goiás continuará a ser a Capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso”. Com o passar do tempo e com a relativa segurança econômica da província, a ideia acabou sendo postergada, até a posse do governador interventor, Pedro Ludovico Teixeira, em 1930 (IBGE, s/d).

1.2 A perda do título de capital para Goiânia

A Revolução de 1930, que ocorreu em diversos estados brasileiros, buscava romper com o sistema político vigente na época, marcado pela divisão de poder entre as famílias tradicionais regionais, que se estabeleciam em oligarquias, o que causava certa hipertrofia do poder Executivo, que atuava basicamente de acordo com os interesses oligárquicos (Oliveira, 1978). Após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, Pedro Ludovico Teixeira foi então escolhido como governador-interventor do estado de Goiás, o qual nasceu na Cidade de Goiás e ia contra os ideais e poder das famílias oligárquicas do estado, em especial a família Caiado, que dominava a região central do estado. Devido ao poder das famílias oligárquicas goianas, o governo de Pedro Ludovico atravessou períodos de instabilidade. O então governador, visando a readequação do cenário estadual ao então cenário político e econômico nacional, propôs que a construção da nova capital ocorresse naquele momento. “Pedro Ludovico rotulava Goiás de centro ‘oligárquico, decadente e atrasado’. Goiânia seria seu inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados no momento para reforçar a necessidade do novo” (Chaul apud De Melo Junior, 2010).

Em 1933, se inicia a construção de Goiânia, cidade que viria a substituir a Cidade de Goiás como capital de Goiás. Em 1937, o decreto de nº1.816, do dia 23 de março,

determina a mudança da capital para Goiânia (Passos, 2018). Goiânia foi oficialmente inaugurada em 1942 e representou um marco para a expansão para o Oeste, defendida por Vargas. Ao transferir a capital para Goiânia, Ludovico Teixeira acabou por fortalecer seu poder político em detrimento do enfraquecimento dos Caiado.

“A velha Goiás era ideológica e taticamente o exemplo de como não devia ser uma capital. A Goiás Velha era vista como uma antítese dos tempos, o buraco do sertão goiano, paciente em fase terminal. A velha Goiás, berço de Cora Coralina, misto de jornalista, doceira e poeta cujos poemas podem servir para demonstrar os universs que o planeta história pode alcançar na dimensão do conhecimento humano, estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa, diferente das rugas de Cora e sua poesia” (Chaul, 1992).

É notável como a imagem da cidade foi alterada no imaginário popular, pois alguns renegavam a antiga capital em detrimento da valorização de Goiânia, que representava o novo, e tratava-se de um projeto que buscava trazer essa imagem de modernidade para o estado de Goiás, o que ficou marcado visualmente na nova cidade por conta do estilo arquitetônico, de *art-decô*, adotado.

Levi-Strauss, ao descrever sua passagem pela Cidade de Goiás, comenta sobre a mudança da capital para Goiânia e declama que não se sabe “se deveremos lamentar ou regozijarmo-nos com o absurdo do fato, mas o certo é que a administração decidira esquecer Goiás, o seu campo, as suas rampas, a sua graça ultrapassada. Tudo aquilo era demasiado pequeno, demasiado velho” (1986, p. 118).

Faz-se importante analisar que a imagem de “velha” é atribuída à Cidade de Goiás, o que acabou tornando-se uma referência para tal, que é por alguns conhecida como “Goiás Velho” até os dias atuais. Porém, o antropólogo francês, ao retornar para a nova capital do estado de Goiás e observar o prédio do futuro Grande Hotel em construção, diz que “aquele edifício sem grandiosidade era o contrário de Goiás; não havia história, duração ou hábito que lhe saturasse o seu vazio ou adoçasse a sua rigidez” (1986, p. 119).

Com a transferência da capital para Goiânia, o desenho urbano da Cidade de Goiás pouco se modificou por que os investimentos passaram a se concentrar na nova capital. Algumas poucas edificações em *art-decô* surgiram, bem como outras sofreram certa descaracterização de sua arquitetura setecentista.

Porém, de uma forma geral, o desenho urbano e arquitetônico da cidade (Figuras 5 e 6) foi conservado, o que motivou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN) a tombar, em diferentes datas, de acordo com as diretrizes de cada época, prédios específicos e o conjunto arquitetônico da Cidade de Goiás.



Figura 5 Detalhe do casario do Largo do Chafariz. São observados alguns elementos do modelo arquitetônico e urbanístico pombalinos, como os lotes geminados e estreitos, e a rua disposta de forma retilínea. Foto do autor. Maio de 2018.



Figura 6 Detalhe da Rua Hugo Ramos. É possível observar a readequação da rua para o padrão retilíneo, a qual segue até o final do bairro. Nota-se os elementos da arquitetura vernacular vilaboense, como o uso de esquadrias e portais de madeira. Foto do autor. Novembro de 2018.

1.3 Tombamento nacional e reconhecimento como Patrimônio da Humanidade

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o primeiro instrumento de tombamento no Brasil se deu a partir do Decreto de Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Na época, o tombamento era de responsabilidade do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN. O primeiro artigo do Decreto, prega que se “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A Cidade de Goiás possui conservado patrimônio material, no que se refere a sua arquitetura setecentista, com algumas construções em estilo neogótico, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário, e poucas em *art-decò*, tais como algumas residências observadas na Rua Moretti Foggia e na Rua Senador Caiado. A arquitetura da Cidade de Goiás pode ser caracterizada como vernacular, pois carrega elementos da arquitetura colonial portuguesa, com adaptações de técnicas e materiais, devido à distancia dos maiores núcleos urbanos da colônia, dificultando a chegada de materiais.

Isolamento e decadência são úteis em vários momentos da história de Goiás, pois contribuem, em contrapartida - e ainda que posteriormente - para a construção e atribuição de valores relacionados ao patrimônio cultural, atingindo seu auge com o reconhecimento internacional (Oliveira, 2018).

Os processos de tombamento na Cidade de Goiás ocorrem em três diferentes momentos. Como testemunhos da fundação do Arraial de Sant’Ana e da Vila Boa de Goyaz, no final da década de 1940, foram tombados pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) os seguintes monumentos de forma isolada: Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (Figura 7), Igreja Nossa Senhora da Abadia, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santa Bárbara, Igreja São Francisco de Paula e o Palácio Conde dos Arcos. Foi tombado também o conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz da Boa Morte, atualmente denominada Praça Brasil Caiado (Martins, 2004; Delgado, 2005).



Figura 7 Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Foto do autor. Maio de 2018.

O segundo momento se deu em 1978, quando o IPHAN ampliou o perímetro tombado para a área correspondente à formação do núcleo urbano do Arraial de Sant'Ana, que se expandiu e tornou-se Vila Boa de Goyaz após a escolha da Coroa Portuguesa, que na localidade implementou os equipamentos estatais de controle colonial.

O último momento do processo de tombamento da Cidade de Goiás ocorreu em no ano de 2000, com uma nova ampliação do perímetro de tombamento pelo IPHAN, que se estendeu para a área de expansão urbana do século 19, incluindo também as chácaras urbanas que o envolvem, a qual ainda manteve suas características arquitetônicas e traçado urbano preservados (Martins, 2004).

Em 1998, o então governador de Goiás, Maguito Vilela propões a candidatura da Cidade de Goiás a Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO, realizando solicitação formal ao então Ministro da Cultura, Francisco Weffort. Em marco de 1999, o Ministério da Cultura formaliza em Paris, na sede da UNESCO, o pedido do título de Patrimônio Histórico da Humanidade para a Cidade de Goiás, através do *Dossiê de Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na lista de Patrimônio da Humanidade* (Passos, 2018). A justificativa para a inserção da Cidade de Goiás na lista se deu pois

Goiás testemunha a maneira como os exploradores de territórios e fundadores de cidades, portugueses e brasileiros isolados da mãe pátria e do litoral brasileiro, adaptaram a realidade difíceis de uma região tropical os modelos urbanos e arquitetônicos portugueses, e tomaram de empréstimo aos índios diversas formas de utilização dos

materiais locais. Goiás é o último exemplo de ocupação do interior do Brasil conforme praticado nos séculos XVIII e XIX. [...] Exemplo tanto mais admirável na medida em que a paisagem que a rodeia permaneceu praticamente inalterada. (Dossiê, 1999, p. 5-6).

A área proposta para reconhecimento como Patrimônio correspondia à zona já reconhecida pelo IPHAN, com a adição de uma zona ao entorno (Figura 4), englobando ruas típicas do século XIX, que apresentam arquitetura eclética, consideradas fundamentais para o entendimento da dinâmica da evolução urbana da Cidade de Goiás. Esse reconhecimento como Patrimônio da Humanidade acaba por inserir a Cidade de Goiás na lógica global da preservação e estetização dos lugares a qual:

O princípio unificador dessa estética, em âmbito universal, torna-se o próprio espaço humanizado, interpretado, que se totaliza, isto é, o espaço para além de uma dimensão concreta, que engloba as paisagens como forma-conteúdo, o território como identidade histórica e que representa, assim, a possibilidade da estetização do mundo (Costa, 2015, p. 149).

Após votação unânime da UNESCO em Paris, a Cidade de Goiás recebe oficialmente o título de “Cidade Monumento da Humanidade” (Figura 8), com base nos critérios (ii)¹ e (iv)². O critério (ii) foi escolhido pelo fato de a Cidade de Goiás ser um exemplo excepcional de cidade portuguesa adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais locais, fator demonstrado pelo traçado urbano adaptado à topografia em ambos os lados do rio, desenho arquitetônico peculiar e aos materiais e técnicas construtivas utilizadas. Já o critério (iv) foi escolhido pois o Centro Histórico da Cidade de Goiás representaria a forma do traçado urbano e desenho arquitetônico característicos da colonização portuguesa, através do uso de materiais e técnicas locais de construção e por conservar o seu cenário excepcional, caracterizado pela harmonia arquitetônica de suas edificações, sendo um dos últimos exemplos remanescentes da ocupação ocorrida no Brasil central entre os séculos XVII e XIX, que se mantiveram tal grau de conservação por conta do isolamento geográfico e cultural da cidade.

A inserção da Cidade de Goiás é fruto de um processo de patrimonialização institucional, por meio do IPHAN, e do esforço de uma elite cultural organizada, a OVAT. Tais processos serão trabalhados de forma pormenorizada no próximo capítulo.

¹ Critério (ii): testemunhar uma influência considerável, durante um período dado ou em uma área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento das cidades ou da criação de paisagens.

² Critério (iv): representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico, ou tecnológico, ou paisagem ilustrativa de um ou mais períodos significativos da história humana.

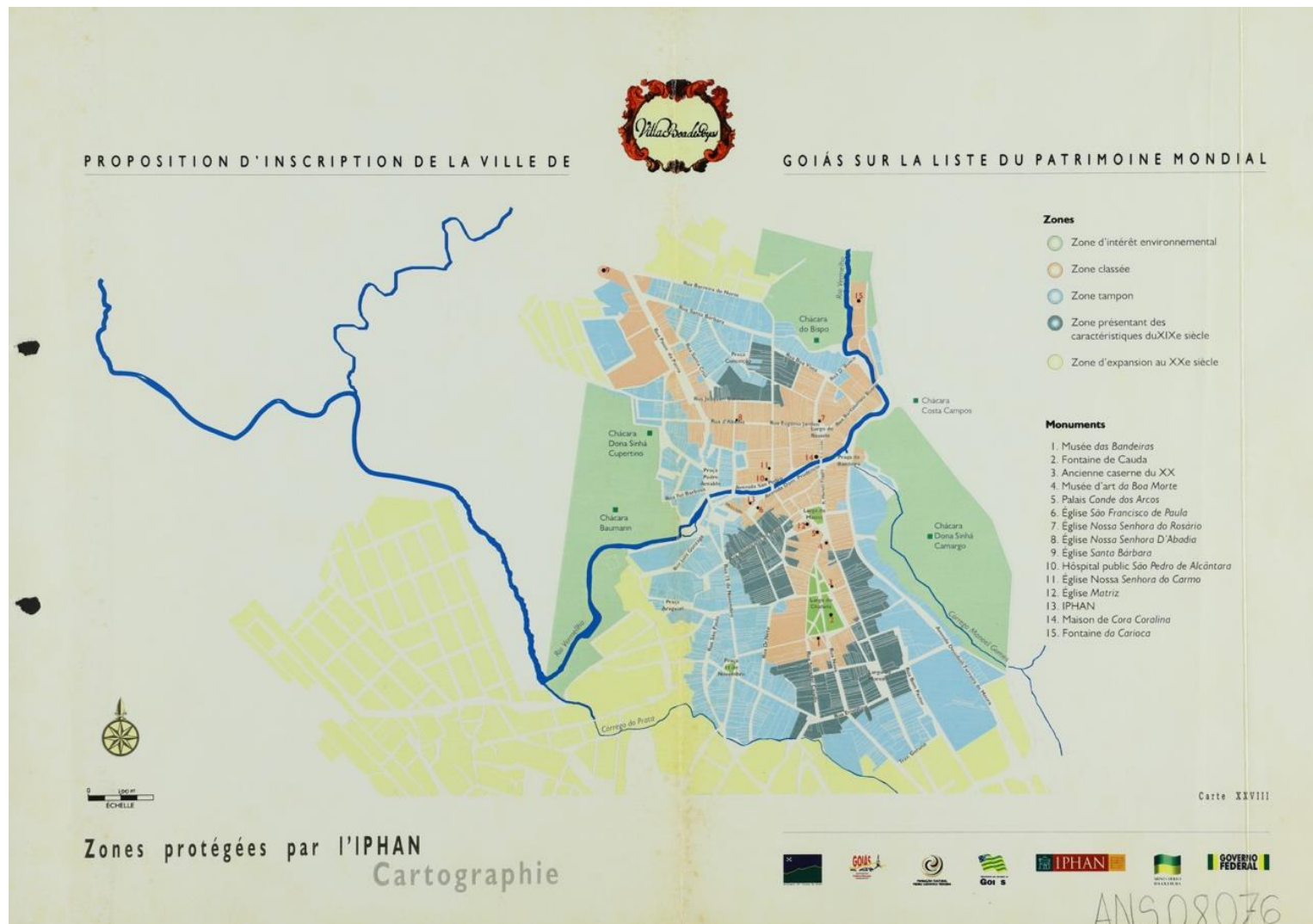


Figura 8 Área da Cidade de Goiás inscrita na Lista de Patrimônio da Humanidade. Fonte: Acervo Digital do IPHAN, 2018.

2. Processos de patrimonialização da Cidade de Goiás

O reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO é fruto de um longo processo de tombamentos institucionais e movimentos populares com o intuito de recuperar e preservar o acervo histórico-cultural da antiga capital goiana, ações as quais foram inseridas no Dossiê de Inscrição.

A noção de patrimônio adotada pelos órgãos institucionais e organizações mundiais é fruto de uma construção e evolução conceitual. São feitas diversas discussões sobre o uso dos termos “patrimônio” e “monumento”, os quais possuíram variadas nuances durante o decorrer da história. No Brasil, entende-se que a noção de patrimônio pode ser compreendida como um fato jurídico e um fato social, pois, a partir de um estatuto jurídico, é possível compreender de que forma as funções e significados sociais atribuídos a determinado bem foram construídas e dotadas dessa significação social e jurídica (Fonseca, 2005).

A noção de patrimônio e sua preservação pelo Estado, de acordo com Choay (2001), está interligada com a criação de uma identidade nacional, fenômeno observado após a Revolução Francesa. Porém, antes da Revolução, não só na França, mas na Europa de um modo geral, a proteção de edifícios, monumentos e objetos antigos era feita pela Igreja e por sociedades de antiquários. Tais sociedades eram compostas por especialistas no conhecimento dos objetos de arte antiga.

A valorização de antiguidades deu-se, num momento inicial, através da busca de construções e elementos da cultura greco-romana durante o Humanismo, no século XIV. Os antiquários visitavam ruínas das civilizações antigas clássicas e, por vezes, não só as descreviam e catalogavam, mas também coletavam peças e ornamentos de prédios históricos ou objetos dentro dessas antigas construções. Essa coleta de objetos acabou por criar mercados paralelos de arte, que indiretamente, alimentaram a depredação e o vandalismo as antiguidades (Choay, 2001).

No final do século XVI, o interesse dos antiquários se voltou a antiguidades de outras civilizações que não somente à greco-romana. Também passaram a ser catalogados e coletados resquícios do que se passou a conceituar as antiguidades nacionais. O estilo gótico, apenas com um caráter histórico, se tornou um emblema das antiguidades nacionais por meio dessas buscas e pelo grande acervo encontrado na Europa. No período

pós Revolução Francesa, no final do século XVIII, o Estado tomou frente na preservação, fazendo com que as sociedades de antiquários entrassem em decadência (Fonseca, 2005).

O governo francês pós-Revolução possuía interesse em inaugurar um novo tempo na França, se desvinculando da imagem instaurada pelo clero e pela burguesia, grupos sociais os quais os revolucionários eram contrários. O termo 'patrimônio' é empregado, nesse contexto pós-revolucionário, para caracterizar um conjunto de bens de valor cultural os quais passaram a ser de domínio da nação, resultando na ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania (Fonseca, 2005).

Atualmente, no âmbito mundial, o reconhecimento dos patrimônios histórico-culturais é feito pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) por meio da Lista do Patrimônio Mundial, a qual contém sítios que possuem um valor universal excepcional, considerando tais sítios como pertencentes a todos os povos do mundo por conta da sua aplicação universal.

2.1 O patrimônio no Brasil

O patrimônio no Brasil segue o modelo francês de preservação, com o Estado no controle da preservação dos bens considerados patrimônio, cujo conceito foi evoluindo com o passar do tempo por meio da mudança de postura institucional, porém sempre com o viés de construção de uma identidade nacional por meio de elementos que se traduziam no espaço. Desde o século XVIII, são tomadas medidas em âmbito regional e, já no século XX, no âmbito estadual, porém as ações promovidas não eram suficientes para proporcionar a devida proteção aos monumentos históricos e artísticos (SPHAN, 1980).

Segundo o SPHAN (1980), a primeira medida tomada pelo governo federal em relação à proteção patrimonial em âmbito nacional foi a elevação da cidade de Ouro Preto (Figura 9) a categoria de monumento nacional, por meio do Decreto-Lei nº22.928/33, o qual julga que é competência do Poder Público a proteção de lugares os quais se realizaram grandes feitos da história nacional. Ouro Preto foi descrita no Decreto-Lei como palco de acontecimentos históricos formadores da nacionalidade brasileira, e que possui antigos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, os quais merecem defesa e conservação. Tal visão de monumento histórico dialoga com o modelo francês de preservação e da criação de uma identidade nacional, pois, o interesse cultural por trás

da preservação possui também uma motivação ideológica e um interesse político da fundamentação de uma identidade nacional (Fonseca, 2005).



Figura 9 Centro de Ouro Preto visto do bairro da Barra. Fonte: Acervo pessoal, Julho de 2012.

Outras medidas foram tomadas, tal como a criação do Museu Histórico Nacional na cidade do Rio de Janeiro, em 1922, o qual objetivou prover o Brasil de um museu dedicado à memória de sua história. O Museu, através do Decreto-Lei nº 24.735 de 14 de julho de 1934, passou a ser subordinado ao então Ministério da Educação e Saúde Pública e foi delegada a função de que este Museu inspecionasse os monumentos nacionais e o comércio de objetos de arte. Porém, tal medida teve sua eficácia reduzida apenas à esfera legislativa (MHN, 2008).

A Assembleia Constituinte, pouco tempo depois, na Constituição de 1934, incluiu pela primeira vez uma referência sobre patrimônio histórico ou artístico, disposto no art. 10º, o qual afirma que “compete concorrentemente à União e aos Estados: inciso III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (Brasil, 1934).

A valorização de monumentos históricos e seu reconhecimento como patrimônio no Brasil se formaliza institucionalizada através da criação, coordenada pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, hoje nomeado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Federal (IPHAN). A formulação

das diretrizes, elaboração de textos legislativos e a administração inicial do órgão tiveram influência direta de intelectuais do Movimento Modernista, corrente cultural o qual estudou profundamente a realidade brasileira, buscando a captura e a revalorização dos elementos peculiares da identidade cultural brasileira (SPHAN, 1980). Atualmente, o órgão é vinculado ao Ministério da Cidadania e é responsável pela proteção de bens materiais e imateriais reconhecidos de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

2.1.1 Gênese da patrimonialização da cidade de Goiás: IPHAN

Os processos de tombamento institucionais da Cidade de Goiás ocorreram em diferentes momentos, os quais se relacionam diretamente com a postura do IPHAN nas respectivas épocas do tombamento. Ao consultar o processo de tombamento de nº 0354-T-42, referente à Cidade de Goiás, encontra-se a trajetória histórica das justificativas para os tombamentos feitos na cidade, bem como a documentação processual e os trâmites realizados para a efetividade das ações.

Os primeiros documentos constantes no processo tratam-se de telegramas trocados entre o Departamento Administrativo do Estado de Goiás e o Ministério da Cultura, com pedidos para que fossem feitas as avaliações necessárias com o objetivo de reconhecer a Cidade de Goiás como monumento histórico. Em um artigo publicado no Correio Oficial do Estado de Goiás em 1942, de recorte constante no processo de tombamento, afirma-se que a construção de Goiânia salvou a Cidade de Goiás tal como a construção de Belo Horizonte salvou Ouro Preto.

No processo de nº 1332/42 da Interventoria Federal, do dia 18 de novembro de 1942, disponível no processo de tombamento de nº 0345-T-42, constata-se que a antiga capital não possui prédios artísticos, nem obras públicas de grande valor econômico ou escultural, porém é levantada a importância da cidade em si, de seu conteúdo, sua posição na vida política de Goiás e nas suas tradições, as quais constituem um rico conjunto histórico, o que lhe confere características ímpares ‘no quadro das cidades brasileiras’. É colocado também que a cidade foi ponto marcante para o bandeirismo e que só esse fato já seria uma justificativa plausível para o reconhecimento da cidade como monumento histórico pois, de acordo com o documento, o movimento bandeirante dos paulistas foi o mais tipicamente brasileiro que houve, bem como o mais humano e o mais rico em

consequências.

A cidade histórica é uma criação do início do século XX, produto da necessidade moderna de afirmação de identidade pelo território, na forja do Estado-nacional. O tombamento surge como instrumento político-estatal localizado no espaço-tempo. Essa visão que trata da cidade histórica significa o alvorecer de uma valorização rememorativa; mais do que ícones ligados à memória coletiva, as chamadas cidades históricas objetivam o Estado-nação emergente (Costa 2015).

Entre abril de 1950 e março de 1953, foram inscritos nos Livros do Tombo, em específico no *Livro das Belas-Artes*, de forma individual, de acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937, o Largo do Chafariz, a Rua João Pessoa, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Nossa Senhora da Abadia, a Igreja de São Francisco, a Igreja de Santa Bárbara, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio dos Governadores, o antigo Quartel do Exército e o Chafariz da Boa Morte (Figura 11). Foi ainda solicitado que a antiga Casa de Câmara e Cadeira (Figura 10) fosse cedida para a criação de um museu histórico, onde seriam reunidos objetos de valor artístico ou histórico que possuiriam vínculo com a tradição do Estado de Goiás.



Figura 10 Museu das Bandeiras, Antiga Casa de Câmara e Cadeira da Cidade de Goiás. Foto do autor. Maio de 2018.

A Cidade de Goiás passava por um processo de ressignificação de identidade por conta da perda do posto de capital para Goiânia, fenômeno o qual grande parte de sua população foi contra, o que gerou um movimento antimudancista na cidade, o qual se opunha a essa mudança da capital. O tombamento era então visto pela população como um atestado de atraso e estagnação, quase uma condenação da cidade à morte (Delgado, 2005).

Primeira fase do tombamento (1950-1951)

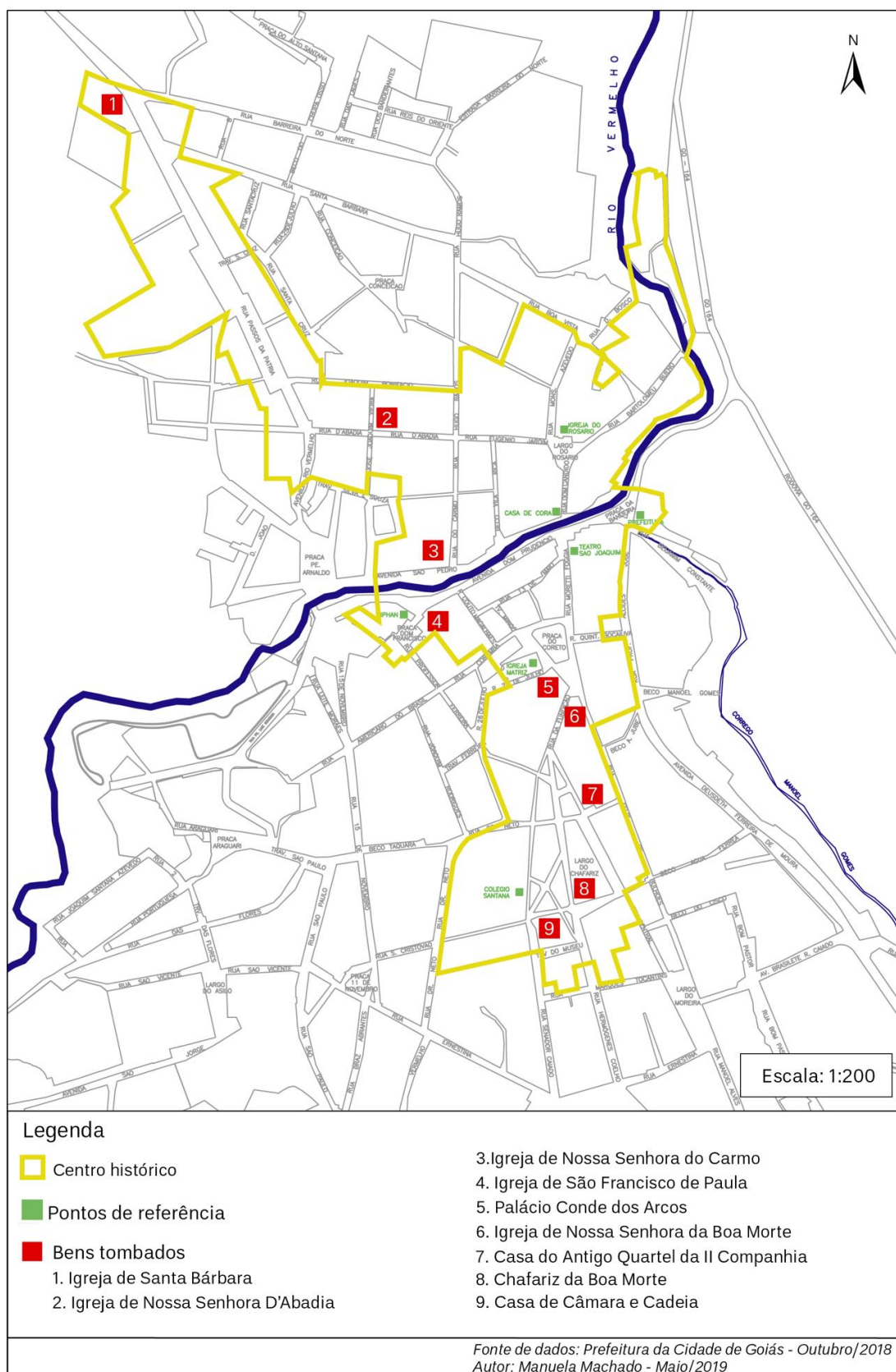


Figura 11 Representação da disposição dos bens tombados da Cidade de Goiás na primeira fase do tombamento institucional do IPHAN no centro hist3rico. Fonte: Prefeitura da Cidade de Goiás. Autor: Manuela Machado. Maio de 2019.

Essa fase do tombamento das construções históricas da Cidade de Goiás reflete a postura adotada pelo SPHAN na época de sua criação, em 1937, até meados de 1970, na chamada fase heroica do SPHAN. Esse período ficou assim conhecido pois os esforços da nova instituição, liderada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, perante a escassez de verba, recursos humanos e dos séculos de abandono patrimonial foram redobrados para cumprir a tarefa a qual cabia a nova secretaria (SPHAN, 1980).

A primeira fase do funcionamento da nova secretaria foi essencialmente marcada pela atenção dada a bens culturais isolados, os quais foram estudados, documentados, consolidados e divulgados. Por conta dessa divulgação institucional e de um comércio de arte já existente, o cuidado com bens móveis foi aumentado, e coleções desses bens foram privilegiadas através da criação de museus e casas históricas estabelecidas pelo SPHAN em prédios de relevância histórica, como ocorreu com a antiga Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás, hoje conhecida como Museu das Bandeiras. Foram também realizadas intervenções contra as deteriorações de prédios históricos reconhecidos nos campos realizados pelos servidores da nova secretaria, na qual a Igreja Nossa Senhora de Abadia foi contemplada.

O ‘heroísmo’ das ações empreendidas pelo SPHAN nessa época também é observado nas atividades que buscavam a sensibilização popular a respeito do valor e importância do acervo cultural, o qual era representado pelos edifícios pertencentes aos núcleos tombados, bem como os bens móveis neles presentes, por meio de publicações técnicas, divulgações jornalísticas, criação de museus regionais e iniciativas educacionais e culturais, todas ações de caráter permanente (SPHAN, 1980).

A busca por elementos fundadores de uma identidade nacional norteou as ações iniciais da secretaria, e núcleos urbanos surgidos no período da mineração passaram a ser valorizados pelo Estado, tornando-se peças-chave para a história da formação social e territorial brasileiros. Portanto, segundo Costa (2015), entende-se que a cidade histórica é uma criação que busca afirmar a identidade através do território para a construção do Estado-nacional e, tombamento então atua, localizado em um espaço-tempo definido, como um instrumento político-estatal.

As edificações antigas, ou demais objetos, ao serem reconhecidos como monumento, passam a ter valor simbólico, com o objetivo de preservar a identidade ou

da memória coletiva e individual. Por vezes há também a intenção de se agregar valor econômico aos mesmo por meio do aumento do próprio valor simbólico, gerando uma nova ressignificação do valor dado pela identidade e pela memória coletiva (Costa, 2015). Essa valoração econômica acaba por inserir essas cidades históricas no mercado, por meio da valorização estética para o consumo turístico.

A memória representa um olhar que se desperta em direção ao passado do território, dos lugares, da paisagem e dos objetos; a memória envolve-se nas imagens de outro tempo, enaltecida na materialidade persistente no mundo, nas obras concretas, de forma a instaurar uma harmonia em desequilíbrio com a lógica do presente, pois este é representado como a possibilidade do progresso, que é promovido pelo poder do dinheiro no território (Costa, 2015, p.121)

Tal política de conservação dialoga diretamente com a Carta de Atenas, documento fruto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o qual ocorreu em 1933. A Carta trata-se de um documento que atesta uma preocupação com a arquitetura perante o crescimento urbano e aponta quais seriam as melhores formas de conservação dessa arquitetura. Ao se referir ao patrimônio histórico das cidades, o documento afirma que “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade” e que a morte atinge a todos os seres vivos e também as obras dos homens, sendo o processo normal de continuidade da cidade. No que se refere à conservação, a Carta afirma que não se faz necessária a preservação de construções repetidas, bastando conservar apenas algumas, a título de documentário e, em outros casos, o isolamento de uma única parte que constitua uma lembrança ou um valor real já basta (Carta de Atenas, 1933). Os monumentos históricos tombados pelo SPHAN na Cidade de Goiás seguem a lógica da Carta de Atenas, pois são reconhecidos apenas objetos específicos da cidade.

Observa-se também que essa política da primeira fase do então SPHAN preservou testemunhos apenas da elite colonial, deixando de lado a produção do espaço feita por outros grupos sociais que não a Igreja e as elites, denotando, portanto, a perpetuação de uma dominação simbólica por meio da produção de uma memória coletiva enviesada (Delgado, 2005). Esses objetos, inseridos em determinado espaço, são dotados então de um valor que é apreendido por meio das ações e relações deste com o espaço, o qual varia com o transcorrer do tempo, criando-se assim constantemente uma nova geografia desses objetos (Santos, 2002).

Na Cidade de Goiás, esse fenômeno de transfiguração de valores pode ser observado através da forma com que os tombamentos foram realizados na cidade, e por

meio de uma imposição de identidade de um local pertencente ao passado numa cidade que até pouco tempo era capital, tornando a cidade sede de um tempo presente para a manutenção desses valores (Delgado, 2005).

O segundo momento de tombamento ocorreu em 1978 e passou a se estender não só aos monumentos em individual, mas também a um agrupamento de bens, como observa-se a partir da inserção do Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz e da Rua da Fundação no *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* e no *Livro Histórico* como “Conjunto arquitetônico e urbanístico de Goiás” (Figura 12). Esse tombamento está atrelado à segunda fase da instituição, que passou a ser chefiada por Renato Soeiro em 1967. Em 1975, a então Diretoria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (DPHAN) passou a ser um Instituto, alterando assim funcionamento interno da instituição, a qual se tornou diretamente vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura, e suas ações passaram a depender do aval do então ministro.

A industrialização acelerada ocorrida no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 teve repercussão nos modelos de preservação devido a existência de um contraponto entre a tradição e o moderno, pois a ideologia do desenvolvimentismo acabou por atrelar aos valores da modernização o nacionalismo (Fonseca, 2005). Por isso, fez-se necessário esse redimensionamento da proteção dos conjuntos e dos entornos dos monumentos tombados, a fim de evitar sua transfiguração aos moldes da modernidade.

A consagração institucional do monumento histórico dá a este um estatuto temporal diferente. Por um lado, ele adquire a intensidade de uma *presença* concreta. Por outro, é instalado num *passado* definitivo e irrevogável, construído pelo trabalho conjunto da historiografia e da tomada de consciência historial das mutações impostas pela revolução industrial às habilidades dos seres humanos. (Choay, 2001, p. 206)

A Carta de Veneza foi um documento fruto do II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em 1964. A Carta traz a noção de monumento histórico como objeto que engloba sua criação histórica e também o lugar o qual está inserido, que em conjunto constituem um testemunho de determinada civilização em particular. O documento também atesta que a conservação de um monumento implica também na conservação de uma zona envolvente à sua escala, determinando também que, caso o enquadramento seja ainda o tradicional, este também seja salvaguardado (Carta de Veneza, 1964).

Segunda fase do tombamento (1978)

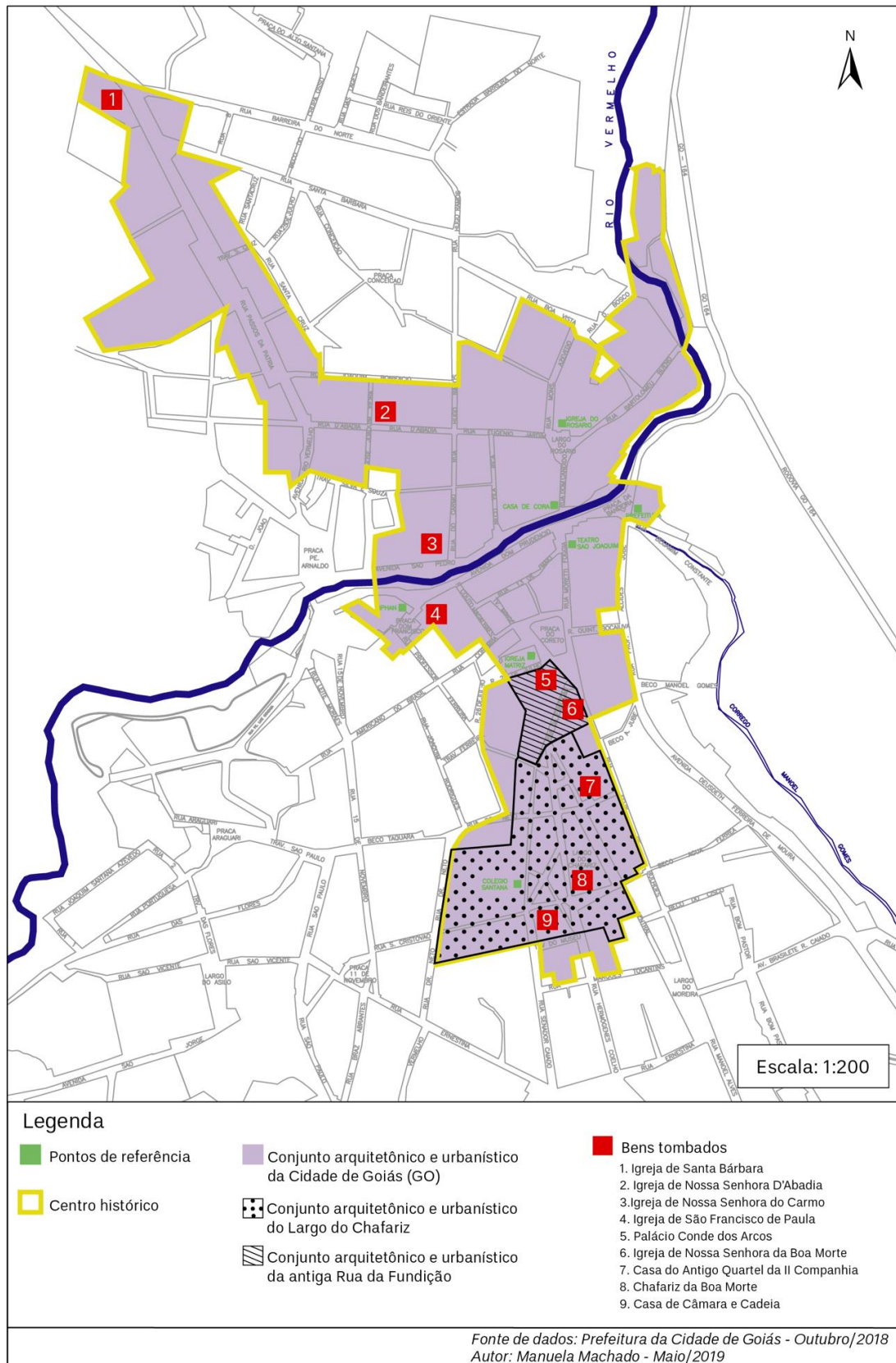


Figura 12 - Disposição dos bens tombados na primeira fase do tombamento institucional do IPHAN na cidade, e dos perímetros tombados na segunda fase do tombamento. Fonte dos dados: Prefeitura da Cidade de Goiás. Autor: Manuela Machado. Maio de 2019.

Observa-se que, em relação à proteção de monumentos históricos, a Carta de Veneza se contrapõe à Carta de Atenas ao determinar que o meio no qual o monumento também está inserido deve ser conservado, sendo esses dois indissociáveis.

As Normas de Quito tratam-se de normativas estabelecidas no contexto interamericano para a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico, tratando esses também como possíveis recursos econômicos. Nos princípios do documento, a preservação de bens históricos deve ser atrelada a planos de desenvolvimento que valorizem o bem, sem desvirtuar de sua natureza, ressaltando suas características e que sirva contribuía para o desenvolvimento econômico da região (OEA, 1967). As ações do IPHAN estavam de acordo com as Normas de Quito nos tombamentos da década de 1970 pois os conjuntos históricos tombados são tratados como “roteiro turístico da Cidade de Goiás” nos documentos constantes no processo de tombamento.

Os tombamentos realizados pelo atual IPHAN na Cidade de Goiás nos revelam de que forma as posturas, principalmente na segunda fase administrativa do órgão, produzem um movimento dialético no espaço através da prerrogativa da preservação do patrimônio, que acaba o inserindo num contexto mercadológico (Costa, 2015), onde o ideário de uma cidade que possui o seu acervo urbano nuclear encontra-se preservado quase que em sua totalidade é colocado como um roteiro turístico pelo próprio órgão de proteção patrimonial nacional.

2.2.2 Patrimonialização ‘popular’: Organização Vilaboense de Artes e Tradições e Cora Coralina

Criada em 1965, com o objetivo de valorizar e conservar as tradições vilaboenses, surge a Organização Vilaboense de Artes e Tradições. De acordo com Delgado (2005), os fundadores da OVAT podem ser considerados como filhos do movimento antimudancista da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, sendo a inauguração da organização uma institucionalização do ‘movimento de ação cultural’ da reação à mudança de sede do governo estadual. A organização possuiu papel de destaque no resgate e catalogação de elementos e práticas que serviram de base para o Dossiê de Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade.

Tratava-se de uma elite cultural herdeira do período mudancista e que ‘enxergava o futuro da Cidade de Goiás em seu passado’, através dessa recuperação e reinvenção de

valores e práticas culturais, tornando-se agentes da cultura e do patrimônio, buscando tanto a inserção da Cidade de Goiás no fluxo turístico quanto garantir o lugar de referência cultural do Estado de Goiás (Tamaso, 2007).

Na Cidade de Goiás, o processo de reinvenção das tradições por parte da OVAT pode ser exemplificado pela reelaboração da Procissão do Fogaréu, evento que já era realizado nas terras goianas desde o século XVIII. Da mesma forma que a arquitetura da cidade se adaptou aos materiais e a técnicas de construção disponíveis na região, a Procissão do Fogaréu, em seu início, foi também uma expressão cultural vernácula, pois foi interpretada a partir de materiais e referências disponíveis e tardias, devido ao isolamento da região (Britto, 2008). A Procissão do Fogaréu, que ocorre sempre na Semana Santa, passou a ser diretamente ligada à imagem da Cidade de Goiás, sendo, hoje, um chamariz turístico da região, como pode ser observado através de um panfleto sobre a Semana Santa pego na Secretaria de Turismo da Prefeitura da Cidade de Goiás (Figura 13).



Figura 13 - Panfleto elaborado pela OVAT sobre a Semana Santa na Cidade de Goiás, com a Procissão do Fogaréu ilustrando a capa. Março de 2018.

Outras instituições voltadas para a proteção do patrimônio cultural da Cidade de Goiás também surgiram nessa época, tal como a Associação Casa de Cora Coralina. Nota-se que as diretorias dessas instituições são chefiadas pelas mesmas pessoas, as quais fazem parte da OVAT, criando um pequeno grupo que comanda o patrimônio e gerencia a política cultural da Cidade de Goiás. Até a abertura do escritório regional do IPHAN na cidade, em 1983, as ações do órgão institucional utilizavam o Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia, e o Museu de Arte Sacra, situado na Igreja da Boa Morte, como bases, e os então dirigentes dos museus acabaram sendo incorporados ao quadro de funcionários do IPHAN. A atuação do IPHAN na Cidade de Goiás possuiu então, uma personificação e influência direta da OVAT em suas ações (Delgado, 2005).

Cora Coralina também é representativa para o turismo da Cidade de Goiás, sendo uma das figuras mais emblemáticas da cidade e do estado de Goiás. Cora nasceu na ainda Vila Boa de Goyaz, na Velha Casa da Ponte (Figura 14) em 1889. Após casar, muda para São Paulo, porém retorna, aos 67, viúva, volta a morar na Velha Casa da Ponte, hoje atual Museu Casa de Cora Coralina.



Figura 14 - Jardim da Velha Casa da Ponte, hoje Museu Casa de Cora Coralina. Detalhe para o busto de Cora na janela do cômodo que era o seu antigo quarto. Foto do autor, Março de 2019.

Logo ao retornar à Cidade de Goiás, em 1956, Cora publica como folheto o *Cântico da Volta*, poema no qual anuncia sua volta para a terra natal, suas impressões e

particularidades da cidade, e também o trauma vivido na cidade por conta mudança da capital para Goiânia, porém enxerga a possibilidade de pujança por meio do turismo com a construção de Goiânia e de Brasília, trazendo já o termo “Patrimônio histórico e cultural”, como pode-se observar no trecho do poema

Enraizada como velhas figueiras, agarrada às tradições e aos encantamentos da terra, sustentáculos, colunas e cariátides; embasamento, concreto e arcabouço, amparo e anteparo da cidade frustrada.

Velhas sentinelas que morrem no posto de honra; defensores tenazes e valentes do que aqui resta, de quanto aqui ficou, qual seja, o valioso Patrimônio histórico e cultural e as nobres tradições de Goiás.

Uma nova esperança acena no horizonte.

Com a expansão de Goiânia e com a possibilidade da mudança da Capital Federal para o planalto, Goiás será, sem dúvida, um centro de turismo, dos mais interessantes do país.

Assim compreendam seus assistentes e responsáveis, impedindo, em tempo, maiores atentados ao seu feitiço característico e tradicional que merece ser inteligentemente resguardado.

Para ti, cidade-mater, este cântico perdido de quem volta às origens da Vida.

(Cora Coralina, 2001)

De acordo com Delgado (2005), a obra de Cora Coralina utiliza a Cidade de Goiás como pano de fundo, por meio de sua própria memória, elaborada a partir de uma perspectiva particular, e reconstrói uma memória coletiva, através de seus relatos, como escrito logo no início de seu primeiro livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*:

Este livro foi escrito

por uma mulher

que no tarde da vida

recria e poetiza sua própria história

(Cora Coralina, 1965)

A obra de Cora perpassa por diversos elementos físicos marcantes da cidade tais como o Rio Vermelho, o casario colonial, os becos, as igrejas, os largos e praças, ilustrando uma memória coletiva. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva é constituída a partir de pontos consonantes que se assentam sobre uma base comum. No caso da obra de Cora, há uma concordância com as outras memórias sobre a Cidade de Goiás.

Diferente ainda dos agentes produtores de cultura e do espaço da OVAT, Cora dá voz aos esquecidos tais como a cabocla velha, a lavadeira, a cozinheira, a mulher roceira, a mulher da vida, e confere luz aos espaços esquecidos, como os becos. Nota-se ainda a grafia *estória* utilizada pela poetisa, permite com que a narrativa assuma um caráter ficcional, porém muitas vezes, a escrita de Cora acaba por revelar o passado de maneira mais “verdadeira” que a *história* oficial, tida como a factual (Yokozawa, 2005).

A produção e reinvenção de tradições acabam por criar lugares de memória, pois a memória cria raízes no objeto, no espaço, no concreto e no gesto, e as tradições acabam por conferir corpo às memórias enraizadas. Os lugares de memória nascem e vivem a partir do sentimento de que não há memória espontânea, sendo essa criada a partir de operações que não se consideram como naturais, tais como a manutenção de arquivos, o pronunciamento de elogios fúnebres, e celebrações. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória, com um determinado foco, atesta e traz visibilidade aos lugares de memória. Só é um lugar de memória se este carrega uma aura simbólica investida por meio da imaginação (Nora, 1997). Pode-se assim considerar que houve um trabalho direto da OVAT, e indireto de Cora Coralina, para a construção de um lugar de memória da Cidade de Goiás, em que ambos visualizavam que essa imagem, artificialmente produzida pela OVAT, e liricamente produzida por Cora, seria uma forma de avanço e valorização econômica da Cidade de Goiás por meio do turismo cultural.

O imaginário de cidade histórico-patrimonial foi se tecendo através do reforço da imagem adotada e divulgada em discursos e narrativas locais tais como organizações políticas, entidades civis e a imprensa, da Cidade de Goiás como cidade “raiz da cultura goiana”, como forma de ressignificar ‘a velha Goiás’ após a transferência da capital para Goiânia (Oliveira, 2011; 2018), como pode-se notar através dos esforços da OVAT e da obra de Cora Coralina, que mesmo após a sua morte, continuou a ter os seus poemas publicados.

A atuação da OVAT, juntamente com o IPHAN, contribuiu para a instalação de uma política de preservação hegemônica da preservação do patrimônio histórico-cultural da Cidade de Goiás, construída a partir da aliança entre as duas instituições. O IPHAN contou como apoio da OVAT na delimitação da área do segundo tombamento institucional, realizado em 1978, e essa aliança deu fruto às diretrizes que nortearam a confecção, juntamente com o Movimento Pró-Cidade de Goiás, do documento

responsável por inscrever a Cidade de Goiás na Lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, o *Dossiê de Goiás* (Delgado, 2005).

2.2.3 Patrimonialização global e totalidade urbana: UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada no contexto pós-segunda guerra, no dia 16 de novembro de 1945, com o “objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades” (ONU, s/d).

Em relação a políticas patrimoniais, durante a Convenção Geral da UNESCO que ocorreu em 1972, foi aprovado o texto da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. De acordo com Choay (2001, p.207), “a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais”.

A Convenção reafirma a necessidade da proteção de determinados bens ameaçados pela degradação por vias tradicionais e também pela evolução da vida social e econômica atual, e considera que essa proteção deve se estender aos patrimônios naturais e culturais com *valor universal excepcional*. O texto também define que serão considerados patrimônios culturais momentos, conjuntos arquitetônicos e lugares de interesse que possuam o referido *valor universal excepcional* (UNESCO, 1972).

Foi estabelecido na Convenção um sistema de proteção coletiva, permanente e baseada segundo métodos científicos, do patrimônio cultural e natural de *valor universal excepcional*, o qual conta com um inventário de tais bens, os quais devem possuir, cada um, uma documentação (dossiê) sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam. O inventário recebeu o nome de *Lista do Patrimônio Mundial*.

Para a gerência da proteção do patrimônio salvaguardado, é criado o Comitê do Patrimônio Mundial, o qual conta com o apoio do Centro Internacional de Estudos Para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN) para o desenvolvimento das atividades relacionadas à proteção patrimonial no âmbito mundial (UNESCO, 1972).

A UNESCO entende o *valor universal excepcional* como um atributo do bem patrimonial que carrega um importante significado cultural e/ou natural tão excepcional

que acaba por transcender as fronteiras nacionais e possui uma importância comum toda a humanidade, tanto para gerações atuais quanto futuras (UNESCO, 2018).

Segundo Oliveira (2018), no Brasil, a elaboração dos dossiês de proposição para a inscrição de bens na *Lista do Patrimônio Mundial*, seguindo as Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, é de responsabilidade de técnicos dos escritórios regionais do IPHAN com o auxílio de grupos locais e com auxílio do Ministério das Relações Exteriores, esse último responsável pelo envio do documento final à UNESCO, juntamente com uma *Declaração de Valor Universal Excepcional*, emitido pelo ICOMOS.

O documento emitido pelo ICOMOS atesta em qual, ou quais, dos dez critérios exigidos pela UNESCO para que um bem seja considerado patrimônio apresenta no dossiê entregue. Para patrimônios culturais, os bens precisam apresentar pelo menos um de seis critérios exigidos pela UNESCO (2004) para serem inseridos na *Lista do Patrimônio Mundial*, que são:

- Critério (i) - representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- Critério (ii) - ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
- Critério (iii) - aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
- Critério (iv) - ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- Critério (v) - constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
- Critério (vi) - estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias

de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).

Outro aspecto também avaliado pelo ICOMOS é a autenticidade apresentada pelo bem, de acordo com os critérios estabelecidos pela UNESCO. O conceito de autenticidade foi estabelecido na *Convenção de Nara*, em 1994, documento baseado no texto da *Carta de Veneza*. De acordo com a *Convenção de Nara*, a autenticidade diz respeito à originalidade do bem, que é atestada a partir do levantamento de informações que reconheçam a natureza específica dos valores culturais do bem analisado. Dentre as fontes utilizadas para o reconhecimento de tais valores, podem estar incluídos a forma e o desenho, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento, o espírito e o sentimento, bem como outros fatores internos e externos. Essas fontes permitem a elaboração das dimensões históricas, artísticas, sociais e científicas do bem analisado, que conferem a autenticidade deste (UNESCO, 2017).

Jokilehto (2006, tradução nossa) define a autenticidade como vários atributos pertencentes ao patrimônio cultural, desde a forma física a outros elementos, e atribui a construção da autenticidade a partir de três elementos: o processo criativo, o contexto social e a evidência documental. A autenticidade é construída através do processo criativo pois, ao se realizar um trabalho artístico, o processo criativo confere a este bem características particulares, diferindo-o de apenas réplicas. O contexto social confere características particulares ao bem, por meio do *saber-fazer* e das habilidades presentes no contexto analisado. A evidência documental dá sustento aos outros elementos, e a tríade deve ser analisada de forma conjunta, de forma que cada elemento é sustentáculo de outro, atestando a autenticidade a partir da tríade descrita.

O reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade (Foto 15) pela UNESCO se deu no dia 30 de junho de 1999, após o recebimento do Dossiê de inscrição da cidade na referida lista, chamado originalmente de *Proposition d'Inscription de la Ville de Goiás sur la Liste du Patrimoine Mondial (Dossiê de Proposição da Cidade de Goiás ao Título de Patrimônio Mundial)*.



Figura 15 - Coluna da UNESCO na entrada da Cidade de Goiás com o indicativo de sítio integrante da Lista de Patrimônio da Humanidade. Foto do autor. Novembro, 2018.

A confecção do Dossiê de Goiás se deu a partir da mobilização de recursos vindos da esfera nacional, estadual e popular, este último representado pelo Movimento Pró-Cidade de Goiás, criado em 1998, com o objetivo de ser um movimento que representa a sociedade civil e que desse andamento ao processo de inscrição à candidatura ao título de Patrimônio Mundial (Tamaso, 2007).

O IPHAN, no âmbito da participação da esfera nacional, foi representado pela atual Superintendente do IPHAN Goiás, a historiadora Salma Saddi Wares de Paiva, que assumiu o cargo da então 17ª Sub-Regional em 1997, secretária da Associação Casa de Cora Coralina desde sua fundação da entidade, e sua gestão foi marcada pelo incentivo, apoio e participação na campanha responsável pela conquista do título de “Patrimônio da Humanidade” pela Cidade de Goiás (Delgado, 2005).

A descrição do bem no Dossiê (p.3) situa a Cidade de Goiás no estado e descreve de que forma ela se desenvolve entre os morros Dom Francisco e Chapéu de Padre a leste,

e a nor-noroeste pelos morros Santa Bárbara e Cantagalo, com o Rio Vermelho atravessando a área urbana. A malha urbana é descrita como apresentando características particulares, oferecendo em cada cruzamento “vistas surpreendentes”. É demonstrado também o fenômeno do crescimento urbano a partir dos anos 80, com o surgimento de bairros de construções baixas e pouco povoados, não causando danos ao centro histórico, por este ter sido tombado pelo IPHAN em 1978. Considerou-se, para a criação do perímetro de reconhecimento como *Patrimônio da Humanidade*, que as ruas com arquitetura “ecclética” ou “art-noveau” deveriam ser incorporadas a esse perímetro, pois fornecem informações importantes para o entendimento da evolução da malha urbana da cidade, compondo também o entendimento do bem patrimonial como um todo.

De acordo com a *Declaração de Valor Universal* emitido pelo ICOMOS, foi atestado que o *valor universal excepcional* da Cidade de Goiás se deve ao fato de a cidade ter sido um dos primeiros núcleos urbanos fundados por colonizadores portugueses após o limite do Tratado de Tordesilhas, juntamente com Cuiabá, no Mato Grosso, ambas capitais das províncias. Porém, apenas a Cidade de Goiás manteve sua estrutura urbana, que remete ao século XVIII, e sua paisagem conservada, idêntica aquela encontrada pelos bandeirantes, sendo a última testemunha deste capítulo da história do Brasil.

A *autenticidade* da Cidade de Goiás, ainda de acordo com o documento do ICOMOS, está ligada ao desenvolvimento peculiar de sua malha urbana. A cidade passou por um período de estagnação econômica entre o século XIX e a primeira metade século XX, e também perdeu o posto de capital do estado de Goiás em 1933, o que, de acordo com o documento, explica o estado de conservação de seu aspecto antigo. O único exemplar elemento urbano que foge da estética antiga da cidade é a igreja do Rosário, construída em 1933 em estilo neogótico. As poucas construções feitas no século XIX na cidade também foram erguidas utilizando técnicas e materiais tradicionais, bem como replicando o uso das cores nas construções.

A tradições culturais, de acordo com o ICOMOS, não se restringem apenas à arquitetura e técnicas construtivas, englobando também música, poesia, gastronomia e eventos populares, e muitas dessas tradições continuam vivas e são elementos constitutivos da “identidade goiana”. O centro histórico é apontado, pelo ICOMOS, como lugar de importante significado pela comunidade local não só pelos elementos arquitetônicos e urbanos, mas também pela rica vida social e cultural. Julgou-se então

que o centro histórico da Cidade de Goiás preserva a sua autenticidade e integridade histórica, incluindo a continuação das tradições locais.

É feita uma análise comparativa no Dossiê (p.2) entre a Cidade de Goiás e dois outros tipos de cidades brasileiras. A primeira série de cidades da comparação levantada é a de cidades coloniais frutos da atividade mineradora, como Ouro Preto e Diamantina, essas duas escolhidas pela instituição para comparação por já serem constantes na *Lista do Patrimônio Mundial*. A Cidade de Goiás, apresenta uma arquitetura menos original que a de Ouro Preto, caracterizada pelo estilo barroco, e uma paisagem menos extraordinária que a de Diamantina. A antiga capital do estado de Goiás se assemelha as cidades coloniais mineiras em relação ao seu desenvolvimento orgânico urbano, relacionado à exploração mineral, porém se difere dessas por ser um assentamento urbano vernacular, com uma arquitetura mais austera e com um maior número de elementos locais constitutivos, o que a torna única do ponto de vista arquitetônico. A Cidade de Goiás é comparada também com Goiânia e Brasília, pois essas três cidades representam os diferentes momentos de ocupação e sede do poder no Brasil Central, todas três situadas no centro hidrográfico do Brasil.

De acordo com o Dossiê (p.2), a inscrição da Cidade de Goiás na *Lista do Patrimônio da Humanidade* como bem cultural é proposta segundo os critérios (ii) e (v) com as seguintes justificativas:

- Critério (ii): A Cidade de Goiás é testemunha da forma com qual exploradores de territórios e fundadores e cidades portuguesas e brasileiras, isolados do litoral brasileiro, adaptaram-se à realidade local os modelos urbanos e arquitetônicos e tomaram de empréstimo aos índios diversas maneiras de uso dos materiais locais;
- Critério (v): A Cidade de Goiás é o último exemplo de ocupação do Brasil Central do século XVIII e XIX, e torna-se frágil e vulnerável por conta da retomada do desenvolvimento da região. É um admirável exemplo pois a paisagem que a rodeia permaneceu praticamente inalterada.

A gestão do bem patrimonial se divide entre a Prefeitura Municipal e o IPHAN. De acordo com o Dossiê (p.7), a Prefeitura Municipal possui autonomia administrativa sobre a cidade, seguindo a hierarquia imposta pelas legislações estadual e federal, agindo por meio do Plano Diretor de 1996, instrumento que norteia o crescimento urbano,

estabelecendo políticas urbanas, o perímetro urbano, a preservação do patrimônio histórico e natural, a locação de atividades, o parcelamento do solo e a normativa para edificações. A atuação do IPHAN relaciona-se à proteção e preservação dos bens culturais do Brasil, salvaguardada pelo Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937, com o intermédio das Superintendências Regionais, responsáveis pela fiscalização dos bens.

O Plano Diretor da Cidade de Goiás estabelece, de acordo com o Artigo 8º (p.6), que “será considerado patrimônio histórico as edificações, os conjuntos edificados, as praças e logradouros que constituem a memória da Cidade de Goiás oriunda do Séc. XVIII e XIX”. No Artigo 10º (p.6), é apresentado, com detalhamento das ruas, o polígono do conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás protegido pela esfera federal (mapa 3), e no Artigo 11º é apresentada a poligonal do bairro do Bacalhau, antigo distrito de Davidópolis, sendo de reconhecimento municipal o interesse de preservação da poligonal do bairro e dos edifícios descritos, porém não há a justificativa para tal. No demais, outros bairros na cidade não são citados. Através de uma revisão da legislação publicada pela Câmara Municipal da Cidade de Goiás, verificou-se que o Plano Diretor de 1996 ainda é o vigente, não tendo sido revisto integralmente, apenas feita uma correção em 2005 no Artigo 95º, que se refere à expedição de licenças apenas com a anuência do IPHAN, e no artigo 90º, que se refere a emissão de licenças em áreas de preservação ambiental.

O IPHAN, juntamente com a Prefeitura Municipal, norteou diversas ações de preservação, manutenção e restauração de edificações e infraestrutura urbana no polígono tombado tais como, de acordo com o Dossiê (p.22), a restauração do Museu de Arte Sacra da Boa Morte em 1997, a restauração da Catedral de Sant’Ana em 1998 e da Igreja de Santa Bárbara em 1999; a substituição da fiação aérea por subterrânea de energia, bem como a retirada de postes em conjunto com a então Companhia Energética de Goiás (CELG); despoluição do Rio Vermelho, com auxílio da Companhia de Saneamento de Goiás (SANEAGO); proteção dos arquivos históricos, encontrados em diversas instituições civis e religiosas da cidade; desenvolvimento de um projeto de levantamento arqueológico nas áreas do Rio Vermelho e dos distritos do município; e projetos de educação patrimonial como o “Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer”, o qual “visa estabelecer uma relação consciente e criativa entre a comunidade e seu patrimônio”.

De acordo com Delgado (2005), a elaboração do Plano Diretor e do *Dossiê de Goiás* se deu de forma conjunta através de uma aliança entre o IPHAN, a Prefeitura Municipal e entidades culturais visando a elaboração de propostas orientadas à preservação do patrimônio histórico. Ainda segundo a autora, nota-se que as obras citadas no *Dossiê* foram orientadas no sentido de adequar a Cidade de Goiás à normativa da UNESCO para a preservação dos bens inscritos na *Lista do Patrimônio Mundial*.

A busca pela inserção da Cidade de Goiás num contexto voltado para o turismo, observada através do movimento de entidades culturais, dos processos de tombamento do IPHAN e pela confecção do *Dossiê de Goiás* para inscrição da cidade na *Lista do Patrimônio Mundial* e as ações desenvolvidas por esses fenômenos caracterizam o processo da *patrimonialização global*, definido por Costa (2015) como o “brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação”. Esse movimento de banalização e cenarização, identificados pelas ações desenvolvidas principalmente pela Prefeitura, IPHAN e entidades culturais como a OVAT, inserem a Cidade de Goiás num contexto mercadológico, cujo resultado maior é a inserção na *Lista do Patrimônio Mundial*. “A busca pela *Lista* é representante das muitas possibilidades de mercantilização e “turistificação” dos lugares, que vai envolver as cidades históricas, gradativamente, a partir de 1970” (Costa, 2010, p.66).

Uma das ações desenvolvidas pelo IPHAN juntamente com o então Ministério da Cultura foi a criação do Programa Monumenta, o qual foi responsável pela restauração de imóveis públicos e privados em sítios tombados pelo IPHAN. Criado no final da década de 1990, o Programa possuía como objetivo a construção de uma intervenção que atendesse tanto à preservação patrimonial quanto o desenvolvimento local (IPHAN, 2003). A organização do Monumenta era feita através de uma comissão técnica do IPHAN e de consultores em cooperação com a UNESCO e o financiamento do Programa foi feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo Duarte Junior (2010), os imóveis restaurados adquiriam novas destinações, como para o estabelecimento de funções públicas, atividades culturais ou voltados para a indústria do turismo e lazer.

A captura da cidade histórica pelo turismo revela uma simultaneidade relacional dialética de uma *construção destrutiva* dos bens culturais mundiais, por meio da

“preservação” x “mercantilização” de tais bens, envolvidos na mundialização dos lugares, vendendo o inalienável, de forma descontraída, o que deveria ser preservado coletivamente (Costa, 2010). Esse fenômeno é observado na Cidade de Goiás através, principalmente, dos esforços das entidades culturais como a OVAT, que recriam manifestações culturais, como a Procissão do Fogaréu, e monumentalizam símbolos como Cora Coralina, construindo uma identidade local de “berço da cultura goiana”, com o objetivo de inserir a cidade no mercado turístico.

Observa-se que a ideia construída sobre a cidade de Goiás para se atender à essa lógica específica engloba apenas o centro histórico, ignorando o restante dos bairros. Para a captura da problemática do uso e apropriação do centro histórico, repaginado para atender à lógica mercadológica, se faz necessária a análise também dos outros bairros da cidade de Goiás, seguindo o método dialético.

3. Problemática observada em sítios históricos brasileiros inseridos na Lista do Patrimônio Mundial.

A problemática atual do patrimônio cultural em cidades ou perímetros urbanos históricos brasileiros apresenta, dentro de suas particularidades, algumas semelhanças em relação aos processos do crescimento e desenvolvimento urbano para além dos limites tombados ou reconhecidos, e que possuem impacto direto nas áreas circundantes. Segundo Scarlato e Costa (2017, p.13), é necessário pensar a cidade como totalidade, mas entender a cidade como totalidade não se trata de considerar todas as áreas dessa como iguais ou independentes, pois cada lugar abriga especificidades no interior dessa totalidade dinâmica.

Porém, observa-se também que, ainda segundo Scarlato e Costa (2017, p.16), “o centro histórico é irradiador e receptor da essência do urbano” cujos processos totalizantes que produzem a cidade por meio de seus diversos espaços. De acordo com Santos (2002) o conhecimento da totalidade pressupõe a divisão desta, pois a totalidade está em constante movimento de construção e destruição.

Esse processo de evolução constante é observado nas cidades históricas, que recriam seus centros históricos de forma a torna-los bens de consumo, cuja transformação se relaciona diretamente com a ação de políticas públicas urbanas e culturais (Paes, 2015).

No Brasil, pode-se observar de que forma os centros históricos exercem influência direta no perímetro urbano circundante, por meio dos processos advindos da *patrimonialização global* e da *dialética da construção destrutiva*. Esse fenômeno pode ser observado na Cidade de Goiás a partir da elaboração conjunta do *Dossiê de Goiás* com o Plano Diretor, bem como a restauração e manutenção do centro histórico de modo a atender as exigências da UNESCO para a inserção da cidade na *Lista do Patrimônio Mundial*.

Atualmente o Brasil possui, de acordo com a atualizada *Lista do Patrimônio Mundial* da UNESCO, 15 bens inscritos na categoria de *patrimônio cultural* e 7 bens na categoria de *patrimônio natural*.

Os sítios do Patrimônio Cultural do Brasil são:

- A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais, inserida em 1980;
- O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco, inserido em 1982;
- As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina, inserido em 1983;
- O Centro Histórico de Salvador, Bahia, inserido em 1985;
- O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais, inserido em 1985;
- O Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal, inserido em 1987;
- O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, inserido em 1991;
- O Centro Histórico de São Luís do Maranhão, inserido em 1997;
- O Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais, inserido em 1999;
- O Centro Histórico da Cidade de Goiás, inserido em 2001;
- A Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe, inserida em 2010;
- O Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar, inserido em 2012;
- O Conjunto Moderno da Pampulha em Belo Horizonte, Minas Gerais, inserido em 2016;
- O Sítio Arqueológico Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, inserido em 2017;
- Paraty e Ilha Grande - Cultura e Diversidade, inseridos em 2019.

Os sítios do Patrimônio Natural são:

- O Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná e Argentina, inserido em 1986;
- A Mata Atlântica - Reservas do Sudeste, São Paulo e Paraná, inserido em 1999;
- A Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo, inserida em 1999;
- O Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central, inserido em 2000;
- O Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, inserido em 2000;
- As áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, Goiás, inseridas em 2001;

- As Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, inseridas em 2001.

Dentre os bens inscritos na *Lista do Patrimônio Mundial*, foram escolhidos alguns exemplos ilustrativos em relação a atuação da *patrimonialização global* e da *dialética da construção destrutiva* em cidades e perímetros urbanos históricos brasileiros, os quais possuem problemáticas relacionadas com a Cidade de Goiás, ou observadas nesta. A partir de autores que trataram especificamente sobre as respectivas cidades, foi possível entender as peculiaridades e universalidades da problemática urbana em relação ao patrimônio nas cidades elencadas.

3.1 Salvador (BA) e a gentrificação do Pelourinho

Salvador, segundo o IBGE (s/d) foi fundada em 1549, uma das primeiras cidades da colônia, e a primeira sede administrativa desta, escolhida para sediar o poderio político pelo primeiro Governador Geral da colônia, Tomé de Souza. De acordo com o Relatório do Projeto Monumenta (2003), no século XVIII, durante o apogeu econômico proporcionado pelo ciclo do ouro, Salvador passou por transformações importantes em sua morfologia urbana, ganhando traços mais austeros na arquitetura, passando a contar com construções em estilo barroco e rococó. Essas edificações religiosas, civis e militares com expressão barroca e rococó encontram-se num perímetro específico parte alta da cidade, hoje conhecido como Centro Histórico, ou, popularmente, como Pelourinho (Figura 16).

Segundo Nobre (2003), durante o início do século XX, a parte baixa da cidade de Salvador passou por uma série de intervenções urbanas, fazendo com que o Pelourinho fosse progressivamente se esvaziando, pois a população com maior poder aquisitivo buscava localidades com melhor infraestrutura urbana. O fenômeno do esvaziamento do Centro Histórico de Salvador se consolidou após a mudança do Centro Administrativo da Bahia para a zona norte da cidade e as moradias passaram então a abrigar uma população de classe social mais baixa, geralmente vindos do sertão ou de outras regiões em busca de empregos devido ao grande crescimento industrial da capital baiana (Nobre, 2003). Com o crescimento exorbitante dessa população de baixa renda e o abandono por parte de políticas públicas, o Pelourinho foi se deteriorando. Porém, houve um movimento de pessoas ligadas à preservação patrimonial as quais defendiam a intervenção do poder

público visando a recuperação da área devido ao valor histórico e estético das construções localizadas no Centro Histórico (Zanirato, 2007).



Figura 16 - Comércio no Largo do Pelourinho. Foto do autor. Dezembro de 2018.

Em 1984, o perímetro do Centro Histórico de Salvador foi tombado pelo IPHAN e em 1985, foi incluído na *Lista do Patrimônio Mundial* por se tratar de uma cidade que ainda conservava a estrutura original, que datava do século XVI; por, de acordo com o ICOMOS, ser um grandioso exemplo de uma estrutura urbana da Renascença e por ser um dos principais pontos de encontro das culturas ameríndia, africana e europeias (Silva, 2003).

Numa tentativa de reverter a degradação física do Pelourinho após a conquista do título, visando também a manutenção deste, foram feitas uma série de intervenções executadas pela arquiteta Lina Bo Bardi, a qual, em seus projetos, buscou preservar e reforçar as raízes da cultura soteropolitana. A arquiteta foi responsável por desenvolver importantes locais voltados para a apropriação popular, como a Casa do Benim e a Casa

do Olodum. O projeto de maior destaque foi a revitalização da Ladeira da Misericórdia, cujos prédios situados neste endereço foram restaurados para o uso residencial da população de baixa renda do local nos andares superiores, e nos inferiores, se estabeleceriam atividades comerciais, modelo que se replicaria em outras áreas do Pelourinho (Nobre, 2003).

Em 1991, o governo de Antônio Carlos Magalhães deu prioridade ao incremento do turismo como forma de expansão e crescimento financeiro no estado da Bahia. Com isso, foram realizadas uma série de melhorias na infraestrutura urbana, bem como a recuperação estrutural e estética de diversas edificações históricas, cujos moradores foram desapropriados em troca de imóveis fora da região, ou então voltariam e arcariam com os custos dos aluguéis. Com isso, houve um movimento de dispersão populacional do Pelourinho, composta basicamente por moradores de classe social mais baixa, e a substituição da função dos imóveis para o comércio (Nobre, 2003; Zanirato, 2007).

O restauro de imóveis beneficiou apenas os proprietários de imóveis que possuíam condições de arcar com os custos dos novos alugueis, pois tiveram seus imóveis restaurados e revalorizados com investimento público, ao passo que a população mais carente foi realocada com a requalificação imobiliária do Pelourinho para atender ao turismo (Nobre, 2003).

Nota-se como a *patrimonialização global* pode operar de maneira voraz, alterando profundamente toda uma lógica urbana em detrimento do capital financeiro na busca pela inserção dos lugares no mercado global do turismo, como ocorrido no Centro Histórico de Salvador, hoje transfigurado essencialmente para atividades turísticas.

3.2 Praça São Francisco e gestão compartilhada em São Cristóvão (SE)

A cidade de São Cristóvão, de acordo com o IBGE (s/d), é a quarta cidade mais antiga do país, e foi a primeira capital de Sergipe. Construída durante o período da União Ibérica, por volta de 1590, a cidade possui exemplares arquitetônicos que remetem ao barroco e a parte alta da cidade, mais antiga, tem o seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pelo IPHAN em 1967. Porém, grande parte das construções históricas da cidade alta foi tombada de forma individual em 1943. De acordo com o IPHAN (site), a cidade é um exemplar único da formação urbana por meio das legislações espanhola e portuguesa em conjunto, por ter sido fundada durante a União Ibérica.

Em 2010, a Praça São Francisco (Figura 17), situada na região central da parte alta da cidade, foi inscrita na *Lista do Patrimônio Mundial* por preservar formas e proporções arquitetônicas e urbanísticas do período da União Ibérica, sendo também um local de convergência de culturas materiais e imateriais por ser um local de celebrações folclóricas e religiosas na cidade de São Cristóvão.



Figura 17 - Praça São Francisco, no centro histórico de São Cristóvão (SE). Foto do autor. Maio de 2019.

Segundo Andrade (2016), tal bem patrimonial encontra-se numa cidade cujas demandas sociais são severas e, as instituições de preservação patrimonial, por meio do processo de tombamento e reconhecimento como patrimônio mundial da Praça São Francisco, acabaram por atribuir valores os quais não são de fácil captura e absorção pela população. Essa problemática na leitura e absorção de valores instituídos reflete na apropriação popular da Praça, a qual ocorre sim, porém não da forma esperada pelas instituições.

Ainda segundo Andrade (2016), a cidade de São Cristóvão se destaca por possuir um modelo de gestão compartilhada do patrimônio, a qual busca estabelecer parcerias entre as gestões públicas e privadas, juntamente com a sociedade civil, organizada ou não. A Comissão Gestora da Praça São Francisco é composta pelo IPHAN, Prefeitura Municipal e Secretaria do Estado de Sergipe, as quais em conjunto buscam soluções para as

demandas locais, com a participação de moradores.

Nota-se, de acordo com a autora, que existe um certo afastamento da população com o patrimônio, alguns moradores até dizendo que “a Praça pertence ao IPHAN” (p.81). Porém, ainda existem formas de ocupação, como a presença de estudantes, vendedores de balas e coco, alguns moradores e, nas festas religiosas, de forte apelo popular, a participação popular é massiva, e percebe-se assim um maior nível de identificação da população com o espaço durante esses eventos.

É apontado por Andrade (2018) que a relação entre a área não tombada (Figura 18), e a Praça São Francisco se dá por meio de vendedores de mangaba, pescadores, marisqueiros e trabalhadores rurais que vivem ao longo do Rio Paramopama. O Rio Paramopama foi apontado por Andrade (2018) como o verdadeiro necessitado de investimentos, por ser um ecossistema que gera renda para a população local, e é também palco da Procissão de São Pedro, a qual ocorre anualmente e é de grande valor afetivo para pescadores e devotos de São Pedro. Apesar de sua importância cultural, a Procissão não é muito conhecida pelos próprios habitantes de São Cristóvão.



Figura 18 - Limite da área tombada da cidade de São Cristóvão. Nota-se a diferença marcante entre o início da ladeira e o final desta, em segundo plano, de construções são mais simples e infraestrutura urbana menos desenvolvida. Foto do autor. Maio de 2019.

A autora reforça a necessidade latente de intercâmbio entre os lugares de memória fora do perímetro tombado pelo IPHAN e da Praça São Francisco, reconhecida pela UNESCO, com o restante da cidade, em especial com a cidade baixa. É apontada também a necessidade da captura dos discursos e mecanismos institucionais para então se construir um diálogo com a população de forma eficiente.

3.3 Ouro Preto (MG) e a periferização

A cidade de Ouro Preto, de acordo com a Prefeitura Municipal, surgiu por volta de 1698 com a fundação do Arraial do Padre Faria por um bandeirante. Em 1711, por meio da junção de diversos arraiais vizinhos, foi elevada à categoria de vila, recebendo o nome de Vila Rica e, em 1720, passou a ser sede do poder da Capitania das Minas Gerais. A cidade viveu uma efervescência econômica ligada a exploração aurífera por volta do século XVIII, o que, juntamente com a posição administrativa da vila, segundo Portes (2014), fez com que o desenho urbano e arquitetônico se desenvolvesse de forma expressiva, especialmente com construções em estilo barroco (Figura 19).



Figura 19 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, atual Museu da Inconfidência de Ouro Preto. O prédio é considerado um dos principais remanescentes do barroco tardio na cidade atualmente. Foto do autor. Julho de 2012.

No final do século XVIII, com a decadência da exploração do ouro e com a mudança da sede administrativa de Minas Gerais para a cidade de Belo Horizonte em 1897, a pobreza e o abandono acometeram a cidade, o que acabou por preservar o desenho urbano desta. A cidade passa, então, a assumir uma função de centro acadêmico, devido à instalação anterior da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia, em 1876 (Costa, 2015; Vieira, 2016).

Em 1933, por sua importância histórica para o Brasil e devido a seu acervo urbanístico conservado, a cidade de Ouro Preto foi considerada Patrimônio Nacional, primeira cidade a ser alvo de tal ação. Em 1938, o atual IPHAN tombou diversos bens da cidade em separado, bem como o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. Em 1980, Ouro Preto foi inserida na *Lista do Patrimônio Mundial* de acordo com os critérios (i), por conter importante acervo de obras de Aleijadinho, e (iii), por ser testemunha de importante período da história colonial das Américas (Silva, 2003).

Segundo Costa (2015), na década de 1940, houve um crescimento industrial significativo na região de Ouro Preto, em especial com a instalação de uma indústria de alumínio, o que favoreceu a expansão econômica e o aumento populacional da cidade, culminando no crescimento da mancha urbana para abrigar os fluxos migratórios (Figura 20)



Figura 20 - Contraste entre a área histórica e a área periférica de Ouro Preto. Foto do autor. Julho de 2012.

Em 1969, segundo a própria instituição, houve a fundação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), reafirmando a vocação de polo educacional da cidade. Paralelamente ao desenvolvimento industrial e do movimento gerado pela nova universidade, a administração local passou a realizar ações voltadas ao turismo (Pereira, 2017). Tais ações se concentraram no centro da cidade, onde se localizam as principais edificações históricas, causando uma especulação imobiliária na área, gerando a expulsão de grande parte da população, que passou a se instalar nas áreas circundantes do núcleo urbano (Costa, 2015).

Uma das ações no centro da cidade foi a do Programa Monumenta, que tratou da recuperação de imóveis históricos e da instalação de mobiliário urbano. Essas ações promovidas pelo Programa foram catalisadoras de um processo de estetização do centro de Ouro Preto, gerando, dialeticamente, outras centralidades na cidade, por meio da expansão urbana ocorrida através do movimento de pessoas de baixa renda devido à especulação imobiliária. Tal especulação ocorreu principalmente por conta da readaptação dos imóveis para atender as demandas do turismo e dos estudantes da cidade. Essa estetização e banalização desenfreada realizada no centro histórico por meio das readaptações e restaurações imobiliárias, bem como a presença de ditas “rugosidades” nessa localidade, acabam por inserir a cidade de Ouro Preto no contexto da *patrimonialização global*, (Costa, 2015).

Porém, segundo Costa (2015), não se pode compreender o processo de periferação da cidade de Ouro Preto apenas como a ocupação de áreas ao redor do centro tombado, mas também como processo de segregação socioeconômica, pois o autor entende que são periferezados sujeitos que ainda dependem do centro, apesar de conseguir não mais o habitar. Esse fenômeno não se observa com muita frequência da cidade de Ouro Preto, pois esta apresenta já outras centralidades ao redor do núcleo histórico.

3.4 Diamantina (MG) e a fragmentação urbana

Diamantina, de acordo com a Prefeitura Municipal, surgiu a partir da junção de diversos arraiais circundantes do Arraial do Tijuco, em 1722. A mancha urbana de Diamantina foi crescendo por conta da exploração de ouro e diamantes na região, porém, segundo Gonçalves (2012), ao invés de acelerar a expansão urbana da região, a exploração mineral acabou por impor restrições à elevação do local a categoria de vila, pois tal condecoração daria maior autonomia a região em relação a Coroa, gerando uma

menos arrecadação fiscal. Tal posicionamento político refletiu no desenho urbano do local, que se desenvolveu de forma mais simples, com traços da arquitetura rococó, em relação a Ouro Preto, a qual abriga prédios construídos majoritariamente em estilo barroco.

Segundo Costa (2010), além da exploração mineral, Diamantina se destacava também na atividade comercial, sendo uma região que articulava o norte mineiro com o restante do país. No final do século XIX, a instalação de empresas mineradoras internacionais na região, bem como o crescimento no setor de serviços e a concentração de órgãos da administração pública e eclesiástica atestaram a pujança de Diamantina.

Porém, por volta da década de 1930, com a diminuição da produção mineral, a cidade sofre um esgotamento do dinamismo econômico, restando apenas o funcionalismo público, o comércio e serviços, o garimpo e a reduzida dinâmica de uma fábrica de tecidos instalada na região. Apesar da estagnação econômica da cidade, houve uma migração significativa para Diamantina de pessoas em busca de melhores condições de vida, as quais foram se estabelecendo aos redores do centro (Costa, 2015).

Em 1938, o IPHAN tomba o centro histórico da cidade de Diamantina (Figura 21) e, em 1999, a cidade é inserida na *Lista do Patrimônio Mundial*, a partir dos critérios (ii) por representar o período do século XVIII marcado pela busca de diamantes, que acabou por ser o vetor de descobrimento de grandes partes do território brasileiro e da formação de uma cultura original; do critério (iv) pelo conjunto urbanístico de Diamantina ser um aglutinado de um espírito aventureiro e fonte de refinamento, fator significativo para a história humana; e pelo critério (v) por ser um dos últimos exemplos da formação cultural e territorial do Brasil (Silva, 2003).

O Programa Monumenta possuiu atuação expressiva o centro da cidade, buscando a restauração e refuncionalização de imóveis para atender as novas demandas da cidade, relacionadas ao turismo, no início dos anos 2000, logo após a inserção da cidade na *Lista*.

De acordo com Costa (2015), Diamantina é um exemplo de banalização completa do acervo, na tendência impositiva da *patrimonialização global*. O Programa Monumenta atuou como agente favorecedor da estetização da paisagem diamantinense na expectativa de vendê-la com base na singularidade atribuída ao conjunto urbano pelos órgãos de proteção e reconhecimento patrimonial. Um dos exemplos dessa ação foi, por meio da

revitalização e refuncionalização de um conjunto de imóveis em específico, a criação de um trajeto obrigatório de visitação, dotado dessa singularidade imposta.



Figura 21 - Rua Direita, na área central de Diamantina. Foto do autor. Dezembro de 2018.

Ainda que refuncionalizado, o centro de Diamantina ainda é ocupado por moradores, pois trata-se de um eixo comercial e de serviços de destaque na cidade, apesar da existência de alguns enclaves comerciais em outras áreas da cidade, o que denota a antiga função comercial que a cidade exercia. Tal movimento da população denota que Diamantina ainda não é capturada de forma incipiente pela *patrimonialização global*. Porém, uma problemática grave observada na cidade, advinda da ressignificação urbana, é a fragmentação do território urbano, fenômeno que se torna mais visível com a análise da reestruturação urbana realizada na área central, que acabou por acentuar as desigualdades (Figura 22) da periferia diamantinense (Costa, 2015).



Figura 22 - Contraste entre bairros fora do perímetro tombado em primeiro e em terceiro plano em Diamantina. Foto do autor. Dezembro de 2018.

4. Problemática observada na Cidade de Goiás: casos e relatos

A problemática da Cidade de Goiás possui alguns processos em comum com as cidades citadas anteriormente que se desenvolvem em diferentes níveis em sua mancha urbana. Tais fenômenos são descritos a partir da observação e da fala de entrevistados de diferentes estratos sociais da sociedade vilaboense, bem como da revisão bibliográfica sobre a cidade, que dão sustento as observações feitas em campo.

Tamaso (2007) afirma que a formação de bairros circundantes ao centro histórico da Cidade de Goiás ocorreu de forma mais expressiva por volta da década de 1960, após a inauguração de Brasília, fator responsável pela expansão da fronteira agrícola no Brasil Central. A autora exemplifica o crescimento desses bairros a partir de dois exemplos, o do Setor João Francisco e o da Vila Lions. O Setor João Francisco, de acordo com entrevistas colhidas pela autora, era uma antiga área de chácaras, abrigada também um campo de futebol e possuía uma fábrica de velas, responsável por atender a demanda das procissões e festas religiosas.

Corrêa e Lima (2015), também através de relatos orais, descrevem o Setor como um antigo conglomerado de chácaras as quais foram sendo loteadas de uma forma suficiente para abrigar os equipamentos da futura centralidade vilaboense. Tamaso (2007, p.331)

descreve o surgimento da Vila Lions, bairro com um índice de pobreza elevado e carência de equipamentos urbanos, o qual foi fruto da doação de lotes pelo Lions Clube e Maçonaria Asilo da Razão, para atender a demanda habitacional de famílias carentes.

Nota-se que, como apontado por Tamasso (2007), a lógica de classificação vilaboense categoriza como *periferia* toda área urbana a qual não pertence ao centro histórico da Cidade de Goiás, não importando a função que as vilas ou setores, nomeação local dos bairros, desempenhem perante a totalidade urbana. Tal lógica apresentada pelos moradores da Cidade de Goiás corrobora com a noção de que a situação geográfica é fator primordial para o entendimento da dialética centro-periferia, fenômeno o qual ocorre a partir da valorização de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, estimulada pela atuação do capital (Costa, 2015).

Corrêa e Lima (2015) atestam que uma centralidade pode surgir a partir de limitações impostas em outras partes da cidade, como as estruturas físicas de edifícios de um centro histórico. No caso do Setor João Francisco, hoje apontado pela população como centralidade vilaboense (Figura 23), a expansão comercial deste se deve pela realização de uma feira de produtos da agricultura familiar de produção local, a qual foi inaugurada por volta de 1986, de acordo com relatos colhidos pelos autores.

Ainda segundo Corrêa e Lima (2015), a feira foi vetor de atração para o Setor e acabou por promover, de forma indireta, a expansão e consolidação comercial e social do Setor João Francisco na cidade de Goiás. Os entrevistados apontaram que conseguem resolver questões diárias quase que em totalidade no Setor João Francisco, necessitando se deslocar para o centro apenas para bancos e prefeitura. Porém, todos os entrevistados comentaram que as opções de lazer se encontram no centro da cidade, em especial no Mercado Municipal, na Praça do Coreto, no Cine Teatro São Joaquim e no Museu das Bandeiras, atestando a centralidade ainda exercida pelo centro, que provoca o deslocamento da população a este para o lazer.

Apesar de possuir uma centralidade econômica consolidada, as atividades culturais da cidade de Goiás ainda se concentram no centro, em especial na Praça do Coreto, no Cine Teatro São Joaquim, no Museu das Bandeiras ou no Mercado Municipal.

Bairros da Cidade de Goiás- GO

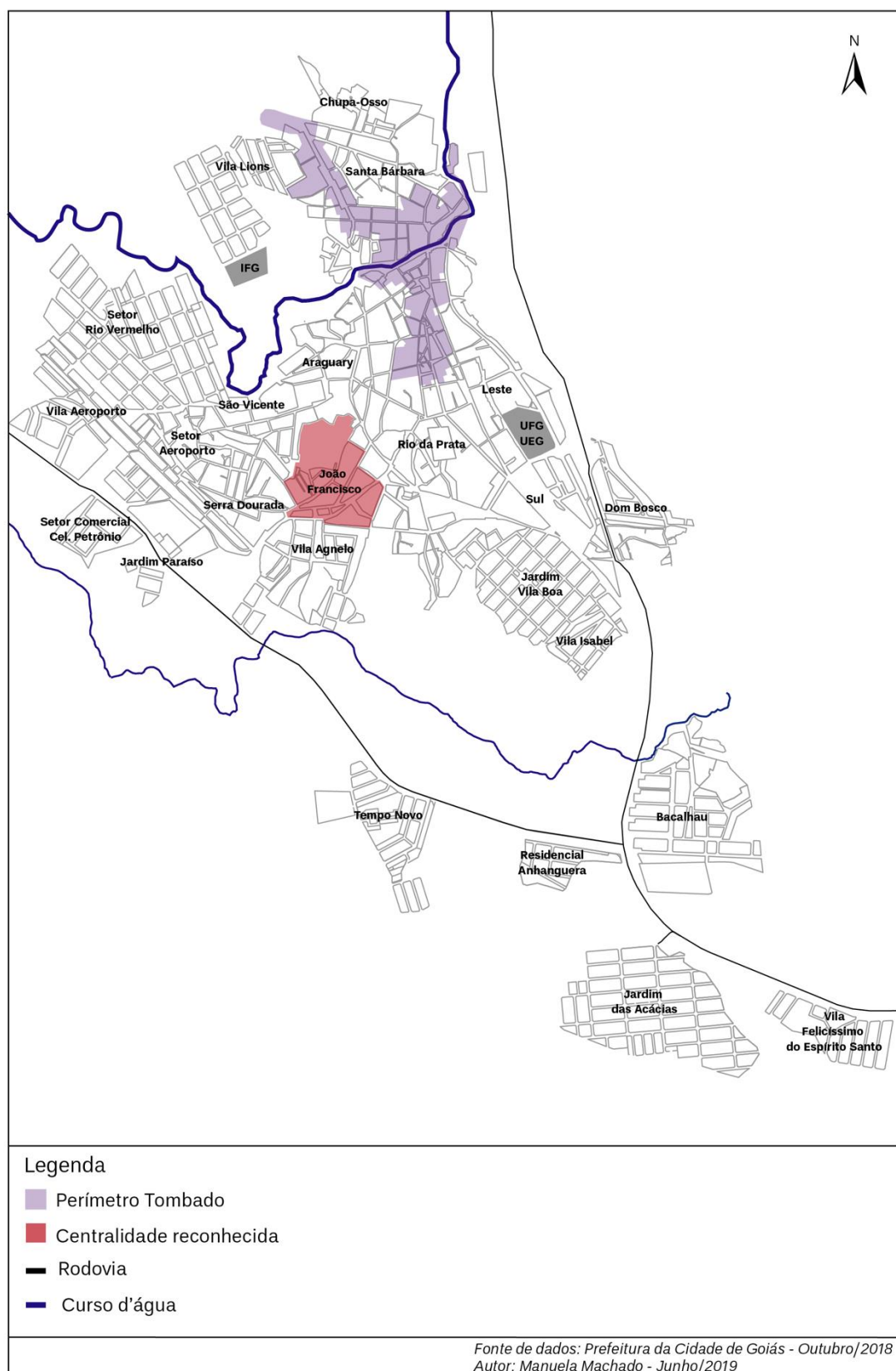


Figura 23 - Disposição dos bairros da periferia, do perímetro tombado e da centralidade reconhecida pela população.
Fonte: Prefeitura da Cidade de Goiás. Autor: Manuela Machado. Junho de 2019.

Tal como Ouro Preto, os processos desenvolvidos no centro da cidade acabaram por modificar a dinâmica urbana, levando a expansão da mancha urbana para as áreas circundantes ao centro, criando novas centralidades, especialmente através do comércio. Porém, tal movimento não se deu com tanto vigor como na antiga capital de Minas Gerais, e se assemelha um pouco mais com o ocorrido em Diamantina, onde, apesar de existirem algumas centralidades comerciais, o centro da cidade mineira continua sendo a maior centralidade, forçando as pessoas a se deslocarem a este (Costa, 2015). A Cidade de Goiás seria um meio termo entre as duas cidades mineiras, pois abriga uma importante centralidade constituída por conta dos processos ocorridos no centro, mas possui este como principal centralidade urbana, por abrigar equipamentos públicos de extrema importância e as opções de lazer da cidade.

Os processos que ocorrem no centro histórico na Cidade de Goiás acabam por influenciar diretamente nos fluxos da cidade, desenvolvendo novas centralidades, como o caso do Setor João Francisco, maior eixo comercial da cidade atualmente. Esses processos seguem uma lógica de estetização do centro, por meio de ações promovidas por órgãos governamentais, como as intervenções feitas pela Prefeitura e IPHAN para inserir a Cidade de Goiás na *Lista do Patrimônio Mundial*, e por grupos sociais organizados que buscam a reinvenção de tradições culturais da cidade para torná-la atrativa, como a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT).

Santos (2013) afirma que os lugares são frutos do que eles reproduzem de modos específicos, individuais e diversos, sendo singulares, mas também globais, sendo uma manifestação da totalidade-mundo, os quais são formas particulares desse. A imagética construída na Cidade de Goiás segue uma lógica mercadológica do turismo, que acaba por criar limitações físicas e imaginárias no centro histórico.

Na Cidade de Goiás, foram realizadas diversas obras de infraestrutura urbana e de revitalização no centro histórico, ao passo que os bairros adjacentes ainda sofrem com a falta de manutenção adequada (Figura 24), como relatado por um morador do Setor Rio Vermelho:

Falta atenção da prefeitura, olha essas rua aí (sic). Tá péssimo, **a prefeitura da mais atenção lá pra baixo** (se referindo ao centro histórico, localizado em menor altitude em relação ao restante da cidade). Trabalhei puxando entulho pra prefeitura em 99, tinha dia que botavam (sic) entulho de manhã, de tarde já tinha que recolher, lá no centro. No mesmo ano eu fiz uma obra na minha casa e demoraram seis meses pra recolher o entulho, mas no dia que eu botei o entulho me multaram, eles sabem é cobrar.³



Figura 24 - Detalhe da Rua Antônia Luiza Ferreira, no Setor Rio Vermelho, onde pode-se observar a má conservação do asfalto em segundo plano. Foto do autor, Março de 2019.

As ações direcionadas da Prefeitura também foram questionadas por uma moradora do Setor Aeroporto, a qual interpela

Por que as pessoas lá embaixo recebem as coisas e o resto não? Os outros não moram, não convivem, não tem direito de receber atenção do governo não? **É a mesma cidade, não é?** A maioria das vezes muitos bairros são esquecidos, ficam a parte, mesmo que se liguem ao centro.⁴

Ao analisar o Plano Diretor da Cidade de Goiás, criado em 1996 por ser uma das exigências para a inscrição da cidade na *Lista do Patrimônio da Humanidade*, nota-se que o perímetro tombado pelo IPHAN é citado como área de preservação por constituir a memória da cidade, oriunda do século XVIII e XIX.

Além do perímetro histórico, apenas o bairro do Bacalhau é citado também como área

³ Entrevista de A., 39 anos – morador do Setor Rio Vermelho -, concedida ao autor, em 13 de março de 2019.

⁴ Entrevista de S., 21 anos, - moradora do Setor Aeroporto -, concedida ao autor, em 13 de março de 2019.

de interesse, porém com uma menor descrição de seu perímetro. Os demais bairros da cidade são sequer citados, e as normativas dispostas no documento se desenvolvem de forma genérica para toda a cidade.

O centro histórico foi alvo de obras de infraestrutura urbana especialmente em dois momentos: logo antes da inscrição da cidade na *Lista*, e logo após a entrada nesta. Consideram-se momentos diferentes pois as ações foram executadas por diferentes entidades, com preceitos diferentes.

Como citado no próprio *Dossiê*, para a adequação da Cidade de Goiás aos requisitos necessários para a inscrição de um sítio na *Lista*, foram realizadas obras como a substituição da fiação aérea por fiação subterrânea, despoluição do Rio Vermelho e restauração do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Catedral de Sant'Ana e Igreja de Santa Bárbara, no final da década de 1990, logo antes da inserção da Cidade na *Lista*.

Após a inscrição na *Lista*, as ações de revitalização da infraestrutura e do desenho urbano se deu a partir do Programa Monumenta. Na cidade, o Programa desenvolveu mais suas ações em espaços públicos devido ao grau de conservação de grande parte do conjunto, considerado bom, de acordo com o Caderno Técnico do Projeto Monumenta, publicado em 2005. A ficha de informações técnicas chama atenção para o número de bens restaurados nos anos seguintes da inscrição da cidade na *Lista*, e atesta que essas ações foram estimuladas durante o processo de candidatura da Cidade à *Lista*. Segundo Carneiro (2014) houve um rearranjo nas intervenções realizadas na Cidade de Goiás pelo Monumenta devido a uma grande enchente que atingiu a cidade e destruiu parte do acervo urbano do centro histórico, no dia 31 de dezembro de 2001, 18 dias após a conquista do título de *Patrimônio Cultural da Humanidade*.

De acordo com a publicação do IPHAN sobre a atuação do Programa Monumenta “Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos”, de 2009, foram realizadas 43 intervenções, das quais, na época da publicação, 12 estavam em andamento, totalizando um total de R\$ 906.659,74 para a execução das obras, verba disponibilizada ao Monumenta pelo BID.

Foi realizada a restauração do Mercado Municipal, do Chafariz da Boa Morte, do Museu das Bandeiras, bem como a requalificação da beira-rio (do Rio Vermelho) e da Praça da Liberdade. Foi dada também uma atenção aos imóveis privados situados no

centro histórico atingidos pela enchente do Rio Vermelho no final de 2001. Foram patrocinados também o Festival de Poesia de Goyaz e o projeto de mapeamento e inventário Estrada do Nascente: trilhas e caminhos de Vila Boa.

Nota-se o caráter estético na grande maioria das intervenções realizadas na cidade, frutos da ação do que Costa (2015) nomeia de *arquitetos do mundo*, que se tratam de agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e Estados nacionais, os quais atuam por meio de instituições. Esses *agentes* do capital atuam a partir do financiamento de programas de restauração e preservação de forma a inserir lugares tidos como simbólicos e singulares numa lógica mercadológica, na qual o turismo se aproveitaria dessa singularidade. Tal singularidade é atestada especialmente pelos bens reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, dotados de uma *autenticidade* e *integridade* certificados por esta organização. A ressignificação do centro histórico da Cidade de Goiás para atender ao turismo, vontade expressa por entidades locais, por meio da ação dos *arquitetos do mundo* através da banalização e cenarização progressiva do lugar, atesta o movimento da *patrimonialização global* na cidade (Costa, 2015).

Esse modelo de comportamento reproduzido para atender ao capital é um movimento dúbio pois, ao mesmo tempo que se tem como objetivo de preservar o patrimônio histórico-cultural, este é ressignificado, com o preceito dessa preservação, para ser inserido num contexto mercadológico, vendendo a imagem de cidade histórica. Costa (2010) denomina esse movimento de *dialética da construção destrutiva*, movimento o qual atinge o seu ápice através da conquista do título de *Patrimônio Cultural da Humanidade*, o qual atribui um valor a cidade, por meio do reconhecimento da *autenticidade* e *integridade* do bem patrimonial, elementos considerados desejo de consumo pelo mercado.

Segundo Harvey (2005), mesmo que a singularidade e a particularidade sejam elementos cruciais para se caracterizar um lugar, nada pode ser tão único ou especial que não possa ser negociado. Tais elementos, tratados como marcos de distinção, permitem a acumulação de um capital simbólico pois se tornam poderosos elementos formadores de uma política do empreendedorismo urbano. Essa forma de empreendedorismo caracteriza-se por um padrão de governança urbana que, através da combinação de poderes estatais, diferentes formas organizacionais da sociedade civil e de interesses

privados, fomenta o desenvolvimento urbano e regional.

A Cidade de Goiás também passou por um processo de reinvenção de tradições com o intuito de produzir uma imagética espacial para torná-la produto, ações as quais possuíram como principal agente a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT). Delgado (2005) aponta no discurso fundador da OVAT, na fala do então presidente da Organização, que o futuro de Goiás era o passado.

A preservação e o resgate do patrimônio cultural da cidade passam a ser capturados pela Organização, a qual se utiliza da história para construir a Cidade de Goiás como um *lugar de memória* (Delgado, 2005). Os lugares de memória são frutos da manutenção compulsória de ações que buscam a manutenção e rememoração de determinados eventos, se enraizando no espaço, no gesto, na imagem e nos objetos, motivados pela necessidade de uma história (Nora, 1997).

A OVAT, nas suas ações, evoca a preservação patrimonial atrelada ao turismo como uma saída para a estagnação social e econômica após a mudança da capital para Goiânia, sendo um *agente* responsável pela inserção da cidade numa lógica de consumo mercadológica.

Esse grupo (*a OVAT*) se auto-representa como guardião da cultura vilaboense e portador de virtudes que são compartilhadas por todos os membros, e que os singulariza em relação aos outros moradores da cidade, evocando o trabalho pioneiro realizado nas entidades culturais e o pertencimento às “famílias tradicionais”, que não abandonaram a cidade após a transferência da capital, e cujos antepassados se destacaram, quer nas artes, quer na política, desde tempos remotos (Delgado, 2005, p.123).

Tal grupo é intitulado pela própria população como *panelinha*, e Tamaso (2017, p.228) aponta o grupo como motivo de incômodo por parte de moradores do centro por conta do monopólio cultural que essa organização exerce no centro da cidade, cujas ações se refletem na busca pela construção de uma imagem de cidade histórica e turística, se utilizando do centro.

O maior exemplo de ressignificação cultural realizado pela OVAT na Cidade de Goiás é a Procissão do Fogaréu, introduzida pela Organização nas celebrações da Semana Santa por volta da década de 1960, e interpretada como evento que promove à cidade um significado particular o qual não pode ser desvinculado de sua identidade como patrimônio cultural (Delgado, 2005; Fonseca, 2003). Britto (2008) aponta a Procissão como manifestação dotada de elementos excepcionais e peculiares os quais contribuem

para a formação de uma identidade goiana.

A produção de uma memória coletiva por meio dessa invenção de tradições por meio da repetição, na busca de estabelecer continuidade com um passado histórico adequado (Hobsbawn, 1997) pode ser analisada também como uma forma de dominação simbólica.

Bordieu (1997) entende que, por meio da reprodução de símbolos, interpretados como instrumento de conhecimento e comunicação e dotados de funções políticas, a cultura pode ser utilizada para a legitimação de uma ordem estabelecida, em detrimento das outras manifestações. A cultura que une é a mesma cultura que separa e legitima distinções sociais. Na Cidade de Goiás, a participação da *panelinha* no desenvolvimento das manifestações culturais e na criação dessa imagem de cidade histórica e berço da cultura goiana pode ser entendida na lógica apresentada por Bordieu (1997), de uma dominação cultural que atende a demanda de determinado estrato social.

No caso da Cidade de Goiás, a invenção imagética-discursiva de cidade histórica e turística ainda foi impulsionada pela obra de Cora Coralina, autora que em seus poemas e prosas acabou por reconstituir lugares de memória da Cidade de Goiás, atestando a capacidade da memória de recuperar um passado coletivo por meio de uma perspectiva particular (Delgado, 2005).

A obra póstuma “Villa Boa de Goyaz”, publicada em 2001, 16 anos após sua morte, reúne produções que retratam o cotidiano da cidade, trazendo à luz, de forma mais intensa que o restante de sua bibliografia, a imagem da Cidade de Goiás através de um ponto de vista particular. Halbwachs (2001) afirma que a memória coletiva precisa acontecer em determinado contexto espacial e não bastam apenas testemunhos específicos para a construção dessa memória, sendo necessária a identificação e concordância com outras memórias, sendo construída assim, uma memória coletiva assentada sobre uma base comum.

Cora Coralina, ao descrever o cotidiano vilaboense, acaba por ser uma sustentação de uma memória coletiva, por conta da identificação de moradores com sua narrativa, e essa imagem e memória criadas são apropriadas pelos agentes do patrimônio de forma a constituírem uma imagem da Cidade de Goiás que possa ser utilizada para a inserção desta numa lógica do turismo.

Cora, em seus poemas, apresentou conflitos ocorridos no centro da cidade, como a apropriação de espaços públicos por figuras marginalizadas na sociedade da época, como as lavadeiras do Rio Vermelho, as mulheres da vida e moradores de bairros periféricos como o Chupa-Osso.

Apesar de sua obra descrever não só o centro histórico da Cidade de Goiás, a imagem de Cora Coralina foi apropriada por determinados agentes e ressignificada de forma a construir a imagem de berço da cultura goiana e de Patrimônio. Essa construção imagética de cidade berço da cultura goiana é observado no já citado poema, *O Cântico da Volta* (2001), o qual finaliza afirmando que a cidade será um dos centros de turismo mais importantes do país por conta do patrimônio histórico e cultural local.

A partir de relatos de moradores de áreas fora do perímetro tombado, observa-se que a sensação de identificação e de pertencimento com o patrimônio é menor, muitas vezes inexistente, devido aos processos ocorridos no centro para a ressignificação deste para uma lógica de consumo turístico, protagonizada pelos chamados *arquitetos do mundo* e por uma reduzida elite cultural vilaboense. Todas as pessoas entrevistadas apontaram a importância do centro histórico para a Cidade de Goiás como local de atração turística. Ao apresentar o slogan da Prefeitura Municipal (Figura 25) para uma moradora da Vila Lions, área considerada periférica, e questionar se ela concorda com tal, a resposta foi enfática:

Essa frase não bate muito não, eu pretendo que ele vire nosso um dia, mas hoje ele não é não, **ele é das pessoas que se beneficiam dele, da comunidade não é.** Não tem um peso positivo, mesmo nas festas, que acabam sendo pros de fora, tem o peso “encheção de saco (*sic*). Tem um lado bom, que preserva, que dá valor, mas tem um lado ruim, eu não sinto que ele é meu, é bonito, tem história, **mas não é meu, que nasci aqui.**⁵



Figura 25 - Logo da Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás. Fonte: Site oficial da Prefeitura. Junho de 2019.

⁵ Entrevista de A., 29 anos – moradora da Vila Lions -, concedida ao autor em 14 de março de 2019.

É possível observar que a identidade territorial do vilaboense não se confunde, necessariamente, com a identidade construída pelos *agentes do patrimônio*, pois essa segunda é voltada para um contexto mercadológico, o que provoca o sentimento de não-pertencimento da população ‘periférica’ ao centro histórico.

O patrimônio é aquela coisa que inclui a panelinha, você, seu capital e a panelinha, né?⁶

A falta de empregos também foi citada por todos os entrevistados, que atribuem esse fenômeno ao processo de patrimonialização, o qual, de acordo com a fala dos entrevistados, impõe restrições a instalação de indústrias mais pesadas. Para entender o cenário da atividade trabalhista na cidade de Goiás, foi realizada uma consulta na base de dados no Ministério da Economia, a Relação Anual de Informações (RAIS), cujo objetivo é o controle da atividade trabalhista.

Foi apontado que, no ano de 2017, haviam, registrados, 790 estabelecimentos com CNPJ (Tabela 26), sendo a maior parte de estabelecimentos registrados como ‘agricultura’, com 333, e de ‘comércio varejista’, com um número de 226.

Ainda de acordo com a RAIS, em 2017, a cidade de Goiás possuía um número de 5120 vínculos empregatícios (Figura 27). Desse total, 1806 eram da administração pública, 707 do comércio varejista e 502 de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação, englobados na tabela no campo ‘Aloj comunic’.

A partir da análise dos dados da RAIS, pode-se observar que de fato o número de vínculos empregatícios da cidade de Goiás é baixo, considerando sua população economicamente ativa. De acordo com o IBGE, em 2016, apenas 13% da população da cidade possuía uma ocupação, com uma renda mensal média de 2,1 salários mínimos. É perceptível também o número de serviços englobados na categoria ‘Aloj comunic’ que, pela descrição fornecida pela RAIS, pode-se interpretar como serviços voltados para atender ao turismo, os quais possuem uma expressividade no número de estabelecimentos e vínculos empregatícios na cidade de Goiás no ano de 2017.

Apesar de ser uma das maiores fornecedoras de empregos da cidade de Goiás, o patrimônio, com suas normativas e restrições, é visto pela população como vetor do pouco

⁶ Entrevista de S., 21 anos – moradora do Setor Aeroporto –, concedida ao autor em 13 de março de 2019.

crescimento econômico da cidade, e até como fator de migração. De acordo com uma entrevistada, pessoas interessadas em investir na cidade precisam ter a aprovação da elite que comanda a cidade para desenvolver qualquer tipo de comércio dentro do perímetro tombado.

Empresários que chegam para investir na cidade tem que pedir a benção para determinadas pessoas para se instalarem aqui, **são eles que mandam na cidade**, se não são boicotados.⁷

O turismo na cidade de Goiás também é levantado nas falas dos entrevistados, os quais se dividem nas suas falas em relação ao desenvolvimento deste na cidade. De uma forma geral, a população vê o turismo como grande catalisador de recursos para a cidade, porém os serviços instalados no centro da cidade são quase que exclusivos para atender essa dinâmica.

RAIS Estabelecimento Id	
Seleções vigentes	Ano igual a 2017 Ind Rais Negativa igual a Não Município igual a Go-Goiás
IBGE Subsetor	Total
Extrativa Mineral	10
Prod. Mineral não Metálico	9
Indústria Metalúrgica	2
Indústria Mecânica	2
Elétrico e Comunic	1
Material de Transporte	2
Madeira e Mobiliário	1
Papel e Gráf	3
Indústria Química	1
Indústria Têxtil	3
Alimentos e Bebidas	8
Serviço Utilidade Pública	3
Construção Civil	9
Comércio Varejista	226
Comércio Atacadista	10
Instituição Financeira	5
Adm Técnica Profissional	31
Transporte e Comunicações	14
Aloj Comunic	79
Médicos Odontológicos Vet	22
Ensino	13
Administração Pública	3
Agricultura	333
Total	790

Consulta realizada em 15/06/2019 às 21:51h

Figura 26 - Quantidade de estabelecimentos cadastrados na RAIS na cidade de Goiás no ano de 2017.
Fonte: Dados da Secretaria do Trabalho, RAIS.

⁷ Entrevista de E., 31 anos – moradora do centro da cidade –, concedida ao autor em 4 de novembro de 2018.

RAIS Vínculo Id		
Seleções vigentes	Ano igual a 2017	
	Vínculo Ativo 31/12 igual a Sim	
	Mun Trab-Goiás igual a GO-GOIAS	
IBGE Subsetor		Total
Extrativa Mineral		76
Prod. Mineral Não Metálico		50
Indústria Metalúrgica		2
Indústria Mecânica		13
Material de Transporte		5
Madeira e Mobiliário		2
Papel e Gráf		4
Indústria Química		5
Indústria Têxtil		20
Alimentos e Bebidas		47
Serviço Utilidade Pública		64
Construção Civil		386
Comércio Varejista		707
Comércio Atacadista		27
Instituição Financeira		39
Adm Técnica Profissional		586
Transporte e Comunicações		59
Aloj Comunic		520
Médicos Odontológicos Vet		147
Ensino		127
Administração Pública		1,806
Agricultura		428
Total		5,120

Consulta realizada em 15/06/2019 às 21:50h

Figura 27 - Quantidade de vínculos empregatícios cadastrados na RAIS na cidade de Goiás no ano de 2017. Fonte: Dados da Secretaria do Trabalho, RAIS.

Outra problemática, apontada pelo responsável do Palácio Conde dos Arcos, é a depredação do patrimônio, geralmente fruto da ação de pessoas mais jovens, de acordo com o entrevistado. É notável que, para a resolução do problema do vandalismo na cidade, bem como para uma melhor gestão e convivência da população com o patrimônio, a educação foi apontada como a melhor saída.

Ao serem questionados se os entrevistados tiveram algum tipo de contato na escola com qualquer tipo de abordagem sobre o patrimônio, as respostas foram, no geral, negativas. Apenas uma entrevistada, que estudou numa escola no distrito de Buenolândia, pertencente ao município de Goiás, comentou que, no ensino fundamental, foi apresentada parte da história da Cidade de Goiás e do antigo Arraial da Barra, atual Buenolândia. A entrevistada afirma que o objetivo dos professores era que os alunos conhecessem e propagassem a história de sua cidade por onde fossem. Coincidentemente, essa fala partiu da entrevistada com menor idade entre os entrevistados para tal pesquisa.

Outra entrevistada comentou que seus filhos, pelo que ela observa, estão entrando em contato com o patrimônio vilaboense por meio da escola, que promove visitas aos museus, igrejas e conjuntos urbanos da cidade, como forma de instigar o senso de preservação do patrimônio. Observa-se que existe um esforço, após a conquista do título

de *Patrimônio Cultural da Humanidade*, em desenvolver projetos de educação patrimonial nas escolas vilaboenses por meio de ações conjuntas entre o governo municipal e a instituição nacional do patrimônio.

A Secretaria de Educação, Desporto e Lazer da cidade de Goiás, juntamente com o IPHAN, promove anualmente, seminários de educação patrimonial com os professores da rede pública da cidade. As oficinas possuem o objetivo de estimular a implementação de atividades educacionais que estimulem a consciência patrimonial, por meio de oficinas e eventos como o Concurso de Redação em Goiás (Figura 26), o qual sempre possui uma temática voltada para o patrimônio.

O caminho para tornar o patrimônio nosso é pela educação das crianças, eles vão entender a importância, vão crescer com isso, **vão saber dos direitos deles como cidadãos dentro de uma sociedade que tem o patrimônio.**⁸

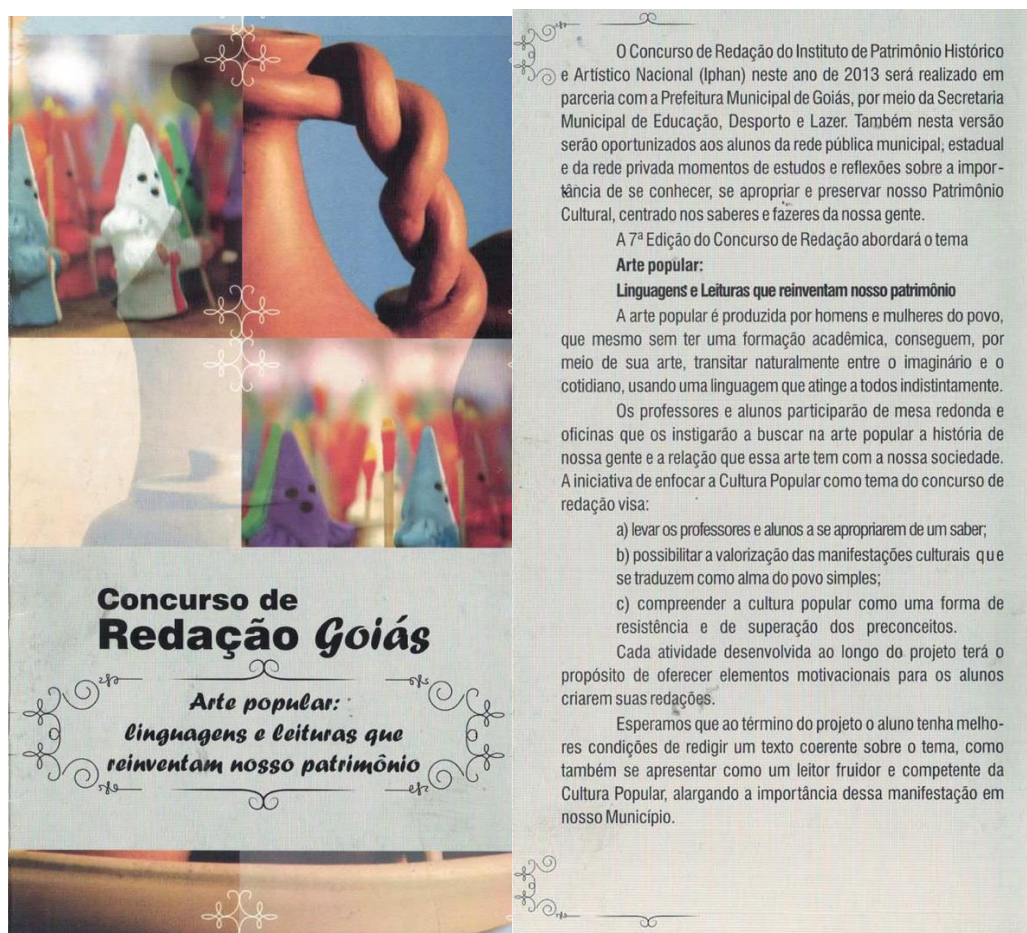


Figura 28 - Panfleto de divulgação da oficina voltada a professores para a realização do concurso de redação. Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer da cidade de Goiás. Junho de 2019.

⁸ Entrevista de A., 29 anos – moradora da Vila Lions -, concedida ao autor em 14 de março de 2019.

A educação superior também esteve presente na fala de todos os entrevistados. A cidade de Goiás abriga um campus do Instituto Federal de Goiás (IFG), da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG). A criação e expansão desses campi universitários alterou a dinâmica socioespacial da cidade de Goiás ao introduzir novos atores sociais nessa dinâmica: os professores e estudantes universitários.

Através da fala dos entrevistados, percebe-se que os estudantes e professores são vistos de forma ambígua pela população. Ao mesmo tempo que são julgados por se comportarem de forma diferente do padrão observado na sociedade vilaboense, são vistos como movimentadores da economia, por possuírem demandas as quais a cidade não possuía, sendo um vetor de investimentos econômicos.

Os estudantes e professores passam a ocupar o centro da cidade por conta dos equipamentos culturais e de lazer, como apontado pelos moradores. Apesar desse novo movimento no centro histórico, nota-se que o patrimônio não é mais visto como uma possibilidade de crescimento econômico primário no imaginário do vilaboense, o qual julga que a transformação da cidade de Goiás numa cidade universitária atrairia maior atenção para a antiga capital goiana.

Eu acho que o patrimônio ajuda a cidade por que preserva a história, mas acho que **ele dá pouco retorno para a cidade**, aqui não pode ter indústria, coisas que empregam mais gente. Aqui não tem emprego, daí acho que podia **investir nas universidades, transformando aqui numa cidade universitária.**⁹

É apontado que, apesar de a sociedade vilaboense manter valores muito tradicionais, tendo uma dificuldade para o novo, os estudantes estão, de forma lenta e gradual, sendo aceitos pela cidade, pois é vislumbrada uma possibilidade econômica nestes.

Essa estrutura tradicional também é observada na integração dos habitantes da cidade com as atividades promovidas pelas universidades, que não contam com muito movimento de moradores, pelo julgamento de valores. Porém os estudantes buscam mobilizar a população por meio de exposições, palestras e oficinas voltadas para o público em geral. Também se articulam politicamente na cidade, como abordado no depoimento de uma entrevistada

⁹ Entrevista de A., 29 anos – moradora da Vila Lions -, concedida ao autor em 14 de março de 2019.

Os meninos do IF estão fazendo muitos protestos, pedindo direitos, mostrando os deveres como cidadão (sic), querendo **mesmo tirar a venda do rosto da população**.

10

Nota-se que, para os entrevistados, a educação recebe atenção como potencial de resolução para a problemática patrimonial na cidade de Goiás, que possui influência direta em uma série de conflitos observados na cidade.

Ao serem questionados sobre as festas que ocorrem no centro histórico, as respostas foram unânimes entre os entrevistados. As festividades da Semana Santa, em geral, contam com a participação de moradores da cidade, porém a Procissão do Fogaréu é apontada como realizada para turistas e pertencentes à elite cultural vilaboense. O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) também foi apontado como feito para o público fora da Cidade de Goiás. Foi levantado por um entrevistado a tentativa feita de realizarem atividades fora do centro histórico, por meio da instalação de uma tela de projeção numa praça da cidade, que não foi bem recebida pelos moradores. O FICA é visto pela população como uma oportunidade de trabalho temporário, por demandar uma série de empregados temporários para lidar com a estrutura, convidados e expectadores do evento. O Carnaval foi apontado pelos entrevistados como a festa popular que possui a participação massiva da população local, com blocos de carnaval próprios.

Faz-se enriquecedor observar que todos os eventos citados pelos entrevistados tomavam lugar no centro histórico da Cidade de Goiás, mas nem todos possuem uma participação e um público local. A Procissão do Fogaréu e o FICA são eventos organizados, respectivamente, pela OVAT, e pela Prefeitura Municipal juntamente com o Governo do Estado de Goiás. Tratam-se de eventos que buscam atrair turistas para a Cidade de Goiás, tornando-a um local atrativo turisticamente, atestando o movimento de inserção num contexto mercadológico turístico.

¹⁰Entrevista de A., 29 anos – moradora da Vila Lions -, concedida ao autor em 14 de março de 2019.

Considerações finais

Para compreender o território da Cidade de Goiás, primeiro buscou-se entender de que forma a cidade se formou e os processos de tombamento e reconhecimento como patrimônio histórico e cultural pelo IPHAN e UNESCO, respectivamente.

Foi possível notar que, desde o início do desenvolvimento urbano da cidade de Goiás, as ações tomadas em seu conjunto arquitetônico e urbanístico, como a remodelação do desenho urbano da cidade promovida pelo governador da Capitania, Luis de Mascarenhas, atendem a uma lógica imposta por uma elite dominante, no sentido de construir uma cidade que atenda a determinadas funções estabelecidas por tal grupo.

O desenvolvimento do seu conjunto tombado, preservado por suas características peculiares de construção vernacular no século XVIII, se deu principalmente após a elevação da então Vila Boa à sede administrativa da capitania de Goiás. A cidade, após a escassez aurífera, passou a ter como atividade econômica em uma escala reduzida, a agropecuária, e a vida administrativa se tornou o principal sustento da cidade. Porém, com a perda do título de capital para a recém construída cidade de Goiânia em 1937, a cidade acabou caindo em certo ostracismo no imaginário estadual e nacional, fator determinante para a conservação do conjunto arquitetônico e urbanístico local, motivado pela falta de investimentos na cidade, impedindo a metamorfose urbana.

Na década de 1950, a partir do movimento da construção de uma identidade nacional por meio de elementos das cidades históricas, as quais foram interpretadas como testemunhas dessa construção identitária, a cidade de Goiás teve alguns de seus edifícios e monumentos históricos tombados pelo então SPHAN, atual IPHAN. Tal tipo de tombamento seguia uma lógica de preservação de elementos individuais das áreas urbanas, como se observa na Figura 11, seguindo a lógica da Carta de Atenas. Em 1978, embasados na Carta de Veneza, o IPHAN tomba determinado perímetro urbano do centro histórico da Cidade de Goiás por conta do conjunto arquitetônico e urbanístico local, como se observa na Figura 12.

Na busca por criar uma imagem discursiva de cidade histórica, foi criada a OVAT, cujos integrantes faziam parte da elite intelectual e cultural da cidade de Goiás, considerados “filhos do movimento anti-mundancista da capital”, cujas ações buscavam a ressignificação e realocação de bens culturais visando tornar a cidade um atrativo

turístico (Delgado, 2005). Tal movimentação caracteriza o que Costa (2010) define como *dialética da construção destrutiva*, pois a venda do que deveria ser preservado e inalienável caracteriza esse movimento dialético. Segundo Delgado (2005), a figura de Cora Coralina também é utilizada para a construção dessa imagética vendável pois, em sua bibliografia, Cora constrói, a partir de seu ponto de vista particular, uma memória coletiva situada em um espaço específico.

A OVAT, o IPHAN e o Movimento Pró-Cidade de Goiás construíram de forma conjunta o *Dossiê de Proposição da Cidade de Goiás ao Título de Patrimônio Mundial*, o qual foi aceito, e a cidade foi inscrita na *Lista do Patrimônio Mundial* em dezembro de 2001. Observou-se que, para a inscrição da cidade na *Lista*, uma série de intervenções arquitetônicas e urbanísticas foram operadas no centro histórico da cidade de Goiás para atender as exigências da UNESCO. É construído um novo uso do território, o qual atende a uma lógica que busca inserir a Cidade de Goiás num contexto turístico, por conta de seus atributos autênticos, atestados pelo título de *Patrimônio Cultural da Humanidade*. Porém, esse novo uso não é atende a população da cidade, que não se identifica e se relaciona com a imagética construída.

O processo de cenarização progressiva dos lugares, por meio da ressignificação física e cultural desses lugares para atender à uma lógica de mercado é definido por Costa (2015) como *patrimonialização global*, que pode ser observada na cidade de Goiás a partir das intervenções realizadas pelos agentes culturais e governamentais, o quais buscavam a inserção da cidade no mercado turístico. Essas intervenções se deram principalmente pela ação articulada de agentes governamentais, com destaque maior para o Programa Monumenta, financiado por agentes externos, os quais podem ser considerados *arquitetos do mundo* (Costa, 2015), por disporem de capital para intervenções urbanas que seguem uma lógica mercadológica. Observa-se que a atuação dos agentes culturais, governamentais e dos *arquitetos do mundo* conferem um novo tipo de uso do território da Cidade de Goiás ao configurarem e ressignificarem o centro histórico da cidade para atender à lógica mercadológica imposta por esses agentes.

Ao trazer a problemática do patrimônio no Brasil, buscou-se provocar uma reflexão sobre a influência dos centros tombados na dinâmica urbana das cidades analisadas, e pode-se inferir que o patrimônio tombado e reconhecido altera as lógicas de uso e apropriação dos locais por meio de suas especificidades e normativas, como observado

no centro histórico de Salvador, reconfigurado quase que em sua totalidade para atender às lógicas do mercado. Algumas reflexões se fazem importantes a partir da gestão compartilhada aplicada na cidade de São Cristóvão recentemente, que busca envolver a sociedade civil, organizada ou não, nos processos de gestão patrimonial. Os resultados dessa nova gestão estão sendo observados aos poucos, por conta do pouco tempo de atuação do modelo na cidade sergipana.

Para compreender de que forma o patrimônio tombado e reconhecido influencia na lógica urbana, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com moradores do centro histórico e dos bairros considerados periféricos. A partir da fala dos entrevistados, nota-se que os conflitos citados partem da dominação do centro histórico por uma elite cultural restrita, denominada informalmente de *panelinha*, como apontado por Tamaso (2007) e pela população local.

As ações da *panelinha*, juntamente com a Prefeitura Municipal e IPHAN, culminaram na inscrição da cidade de Goiás na *Lista do Patrimônio Mundial* (Delgado, 2005). Segundo Corrêa e Lima (2015), as intervenções realizadas na cidade para atender à lógica imposta pelos processos de patrimonialização acabaram por impor diversas restrições ao desenvolvimento de novas atividades no centro histórico, fator responsável pela criação de uma nova centralidade comercial na cidade, no Setor João Francisco, apontada na Figura 24.

Mesmo com a formação de uma nova centralidade urbana, o centro histórico ainda é reconhecido como centralidade maior pelos moradores por abrigar as opções de lazer da cidade. Alguns comércios específicos, a estrutura bancária, cartório, escritório do IPHAN e Prefeitura Municipal também se situam no centro da cidade, atestando a importância que a área central ainda exerce no contexto urbano da Cidade de Goiás, por abrigar instituições financeiras e de poder.

A fala dos moradores também questionou a atenção dada ao centro em detrimento dos outros bairros da cidade, onde o primeiro é apontado como maior receptor de investimentos e obras de infraestrutura urbana por conta do seu valor atribuído pela questão patrimonial.

Por ser considerado o cartão de visitas da cidade de Goiás e imagem central da cidade, os moradores dos outros bairros não se sentem pertencentes ao centro da cidade,

o frequentando apenas para resolução de problemas práticos e em algumas ocasiões para o lazer. Das festas e festivais que acontecem no centro, o Carnaval foi apontado, de forma unânime pelos entrevistados, como o evento o qual a população da cidade de Goiás participa, e as outras, como algumas manifestações da Semana Santa, dentre elas a Procissão do Fogaréu, foram apontadas como voltadas para turistas e pertencentes à *panelinha*.

O ‘patrimônio’ é visto, por conta da normativa restritiva à cidade, como fator responsável pela pouca quantidade de empregos na cidade de Goiás, por impedir o desenvolvimento de atividades econômicas de maior porte. Apesar da difícil relação dos moradores com os estudantes dos centros universitários da cidade, a transformação dessa numa cidade universitária é vista como uma saída para o estímulo do crescimento econômico da cidade de Goiás, a partir da instalação de serviços para atender as demandas desses novos atores sociais da dinâmica urbana da cidade de Goiás.

Outra possibilidade sugerida pelos entrevistados para melhorar a relação dos moradores da cidade de Goiás com o patrimônio tombado e reconhecido é a educação patrimonial. É apontada pelos entrevistados a importância da continuidade das ações desenvolvidas pelo IPHAN juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer por meio de seminários voltados para os professores que apresentam propostas para estimular o desenvolvimento da consciência acerca do patrimônio por meio de oficinas de redação, rodas de histórias e conversas, visita à museus e outras ações. A educação patrimonial é vista como necessária e de aplicação imediata para estimular a atual e as futuras gerações, já que, ao levar em consideração a idade da cidade, o reconhecimento internacional da cidade de Goiás como *Patrimônio Cultural da Humanidade* é recente.

Nota-se, por meio das falas dos entrevistados, que a problemática observada na área urbana da cidade de Goiás gira em torno do centro histórico tombado, que carrega significados atribuídos por uma lógica do mercado, significados os quais não conseguem ser capturados pelos habitantes da cidade, por serem criados para atenderem e beneficiarem apenas uma elite intelectual e econômica, a *panelinha*. O território, transfigurado por uma elite cultural com o objetivo de servir uma lógica mercadológica, carrega um uso o qual não atende a população residente na área fora do centro histórico.

Existe um conflito entre a imagética atribuída à cidade de Goiás, apontada por Delgado (2005) e a identidade territorial construída pelos habitantes da cidade, consoante às ideias apresentadas por Haesbaert (1997), em especial os habitantes fora do centro histórico, por não se sentirem pertencentes ao centro e por não se sentirem detentores do patrimônio da cidade, o qual, teoricamente, deveria ser de uso e identificação universal.

Para a melhor elaboração de políticas públicas que atendam a cidade de Goiás como um todo, a criação de uma base de dados cartográfica detalhada sobre a malha urbana e equipamentos da cidade se faz interessante alternativa, pois os mapas consultados na prefeitura são todos construídos em uma base vetorial no formato CAD. O planejamento urbano se beneficia com tal base de dados cartográfica pois permite a realização de operações de geoprocessamento, os quais fornecem resultados precisos, sendo útil ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às especificidades de um determinado local.

O modelo de gestão compartilhada do patrimônio, como a encontrada em São Cristóvão (SE), pode ser uma alternativa ao atual modelo de gestão observado na Cidade de Goiás, pois, teoricamente, este envolve, de maneira efetiva, a sociedade, organizada ou não, os agentes públicos, detentores do aparato técnico e normativo necessário para a criação e aplicação de políticas públicas, e a iniciativa privada, a qual possui o capital para financiar ações voltadas para a integração da cidade com o patrimônio (Andrade, 2016; 2018). Os resultados observados na cidade de São Cristóvão da gestão compartilhada ainda estão surgindo, pois trata-se de um modelo de gestão relativamente novo ao se levar em consideração a idade da cidade e o ano de inserção da Praça São Francisco na *Lista do Patrimônio Mundial*.

O modelo de gestão compartilhada do patrimônio pode ser benéfico para a Cidade de Goiás por apresentar possibilidades de atendimento de demandas de moradores fora do perímetro tombado para inseri-los no contexto patrimonial, já que a fragmentação urbana produzida pelos processos de patrimonialização na cidade afastam os moradores do centro histórico, que observam patrimônio tombado e reconhecido como pertencente à elite cultural, e não da população em geral.

A educação patrimonial, já realizada nas escolas da Cidade de Goiás por intermédio do IPHAN com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, é apontada como

necessária para criar um sentimento de pertencimento nos futuros cidadãos, possibilitando a captura da importância do patrimônio, bem como estimular uma melhor relação dos vilaboenses com o patrimônio que pertencem a eles, até como uma forma de surgirem novas possibilidades de uso e apropriação desse de forma harmoniosa do patrimônio pela população.

Conclui-se que o território do centro histórico da Cidade de Goiás sofreu alterações para ser inserido numa lógica mercadológica que o transformou num produto turístico, atribuindo um novo uso e imagem para a área central. Os processos de patrimonialização da cidade atestam essa alteração de uso do centro histórico, e o ponto máximo da busca pela inserção da Cidade de Goiás num contexto mercadológico foi a entrada da cidade na *Lista do Patrimônio Mundial* da UNESCO, que acabou por conferir uma autenticidade, atestada pela UNESCO, à cidade. Essa autenticidade se converte no principal chamariz turístico da cidade, confirmando a intenção das intervenções culturais e urbanas realizadas pela elite cultural local com o auxílio de órgãos e instituições públicas. A imagem de cidade histórica e berço da cultura goiana, atribuída para a Cidade de Goiás, não corresponde à identidade territorial criada e absorvida pela população não residente do centro histórico, que não se identifica com essa área central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luanda de Almeida. *Praça São Francisco, em São Cristóvão/SE: Espaço de práticas sociais e relações de poder*. In: Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, São Cristóvão, 2016.

ANDRADE, Luanda de Almeida. *Praça São Francisco: reflexões acerca do Patrimônio Mundial em Sergipe*. In: XII Encontro Estadual da História da ANPUH-PE, Recife, 2018.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira; REIS JR, Dante Flávio da Costa. *As representações simbólicas: a pulsão imagética e sígnica na produção dos sentidos do espaço*. Uberlândia, OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.3, n.9, p. 93-106, abr. 2012.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília. Solo Editores. 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

BRITTO, Clóvis Carvalho. *Luzes e Trevas: Itinerários da Procissão do Fogaréu em Goiás*. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro. 2008 Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2013/clovis%20britto.pdf>.

BRITTO, Clovis Carvalho. *A estética dos becos em Cora Coralina ou "Um modo diferente de contar velhas histórias"*. Estud. Lit. Bras. Contemp., Brasília, n. 42, p. 113-127, Dec. 2013.

BORGES, Fabiana Craveiro Silva Ferraz. *Cidade de Goiás: o uso do patrimônio com recurso turístico*. Seminário de pesquisa em turismo no Mercosul, Caxias do Sul-RS, 9-10 de julho de 2010.

CHAUL, Nasr. *Goiás-Velho, Goiás-Novo: a construção de Goiânia e as utopias dos anos 30*. Câmara Legislativa do Distrito Federal - Diário da Câmara Legislativa – DF Letras, ano 1, nº 2, Brasília, Dezembro de 1992.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

CORALINA Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 2. ed. São Paulo: Ed. José Olympio, 1965.

CORALINA, Cora. *Villa Boa de Goyaz*. São Paulo: Ed. Global 2001.

CORRÊA, Fernanda Pontes; LIMA, Leandro Oliveira. *A centralidade da cidade de Goiás: o setor João Francisco e o papel da avenida Dário de Paiva Sampaio na estruturação do espaço urbano*. *Élisée*, Revista Geográfica UEG – Anápolis, v.4, n.2, p.182-195, jul./dez. 2015.

COSTA, E. B; SCARLATO, F. C. *Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração do Brasil Colônia*. Revista Acta Geográfica, Roraima, Ano III, n. 5, 2009^a, p. 07-21.

COSTA, Everaldo Batista da. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010.

COSTA, Everaldo Batista. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Ed. Humanitas: FAPESP. 2015.

DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: A invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº23, p. 113-143, jan/jun 2005.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Brasília. Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DOSSIÊ, *Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade*. Goiânia, 1999. CD-ROM, 6 anexos, ed. 2013.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. *Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil*. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out, 2010.

FERNANDES, Marilena Julimar. *Percursos de Memórias: A Trajetória Política de Pedro Ludovico Teixeira*. Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

FIGUEIREDO, Margareth. *Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão*. Revista Convergência Lusíada, Rio de Janeiro, n. 32, jul/dez, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio”. In.:Tempo Brasileiro:Patrimônio Imaterial, Out-Dez, no 147. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *Território e Identidade: O Encontro Entre Gaúchos e Nordestinos No Brasil*. In: Encuentro de geógrafos de America Latina, 6, 1997. Anais. Buenos Aires. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/764.pdf>>.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005. São Paulo. Universidade de São Paulo; 2005. P

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terrence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

JOKILEHTO, Jukka. World Heritage: Defining the outstanding universal value. In: City & Time 2 (2): 1. Recife, 2006. Disponível em <<http://ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-45.pdf>>.

- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Ed. Edições 70. 1986.
- MARTINS, Fátima de Macedo – *Arquitetura vernacular de Goiás: uma análise de um patrimônio cultural*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UnB. Brasília, 2004.
- DE MELO JUNIOR, Carlos. *A Revolução de 1930 e as oligarquias goianas: as disputas pelo poder em Goiás no pós-golpe*. Pergaminho: Revista discente de Estudos Históricos Patos de Minas, UNIPAM, (1):10-29, set. 2010.
- MONDARDO, L. M. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. *Geo UERJ* – Ano 11, v.2, n.19. 1º semestre de 2009. Rio de Janeiro. P 111-137.
- NOBRE, Eduardo A. C. *Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho*. In: X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, 2003; Disponível em <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/nobre_intervencoes_urbanas_salvador.pdf> .
- NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de novembro de 2012, vol. XVI, nº 418 (9). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.html>>. [ISSN: 1138-9788].
- NORA, Pierre. *Entre memórias e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire: la République, la Nation, lês France*, 1. Paris: Quarto Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *A percepção da mudança: os registros na cidade de Goiás* História (São Paulo) v.30, n.1, p.189-208, jan/jun, 2011.
- OLIVEIRA, Carolina Fildago. *A autenticidade na construção e preservação do patrimônio cultural*. II Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Belo Horizonte. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Revolução de 1930: uma bibliografia comentada*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, nº4, Rio de Janeiro, 1978.

PAES, Maria Tereza Duarte. *Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ)*. Revista Resgate – Revista Interdisciplinar Cultural. Campinas, v.23, n. 30, p. 105-118, jul/dez. 2015.

PASSOS, Elder Camargo de. *Goyaz: de arraial a patrimônio mundial*. Goiânia: Kelps, 2018.

PEREIRA, Edilson. *Patrimônios, tempos e “tradições” de Ouro Preto*. Centro Lúcio Costa – CLC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2017.

PORTES, Bruce Souza. *Revisitando o “barroco mineiro” - A construção de um conceito entre a arte, a identidade e outras representações coloniais*. 2014. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750*; Brasília. FUNAG, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1937.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed Itatiaia/Edusp. 1975.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 4ª edição, 2002.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: Santos, Milton; Silveira, Maria Laura e Souza, Maria Adélia (orgs.) *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 pp. 15-20.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2013.

SCARLATO, Francisco Capuano; COSTA, Everaldo Batista da. A natureza do urbano. *Confins* (Paris), v. 1, p. 1-21, 2017.

SCHÜRMAN, Betina. *Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos*. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 7, n° 1/2, 1999.

SILVA, F. F. *As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

TAMASO, Izabela. *Em Nome do Patrimônio: Representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás*. 2007. 787p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

VIEIRA, Liliane de Castro. *Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência*. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.145-189, jul./dez. 2016.

YOKOZAWA, Solange Fiuza Cardoso. *Confissões de Aninha e memória dos becos*. Goiânia: Revista Texto Poético - ISSN: 1808-5385 - Vol. 2 1ºsem, 2005.

ZAGO, Luiz Henrique. *O método dialético e a análise do real*. Kriterion, Belo Horizonte, n° 127, Jun/2013, p. 109-124.

ZANIRATO, Sílvia Helena. *A restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade*. Cádiz. Historia Actual Online, Núm. 14, Otoño, 2007 ,p. 35-47.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 22.928, de 12 de julho de 1933*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/7/1933, Página 14153. Rio de Janeiro, 1933.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*/ organizadora, Érica Diogo. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SPHAN/Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília/Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/Pró- Memória, 1980.

DOSSIÊ: Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999.

GOYAZ. *Constituição do Estado de Goyaz*, Vila Boa de Goyaz, 1891.

IBGE. *Goiânia - GO*. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/goiania.pdf>>, acesso em dezembro/2018.

IBGE. *Salvador - Bahia - BA*. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/salvador.pdf>>, acesso em junho/2019.

IBGE, *São Cristóvão - SE*. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/historico> >, acesso em junho/2019.

IBGE. *População ocupada*, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2016 (data de referência: 31/12/2016), IBGE, Estimativa da população 2016.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza: 1964.

IPHAN. *Carta de Atenas*. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>.

IPHAN. *Normas de Quito*. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – OEA. 1967.

IPHAN. *Processo de Tombamento da cidade de Goiás – Número 0354-T-42 – Volume I ao IV*, (s/d).

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Museu Histórico Nacional – Plano Museológico*. Versão 1.0. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2008. Disponível em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/PlanoMuseologico_MuseuHistoricoNacional.pdf

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS*. Dados e Estatísticas. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. *Política urbana do município de Goiás*. Goiás-GO, 29 de agosto de 1996.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial cultural e natural*. Paris, 1972.

UNESCO. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Centro do patrimônio mundial – 12 de julho de 2017 – Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Lisboa, 2018.

SITES CONSULTADOS

whc.unesco.org – (site consultado ao longo de toda a pesquisa)

iphan.org – (site consultado ao longo de toda a pesquisa)

censo2010.ibge.gov.br - (site consultado ao longo de toda a pesquisa)

prefeituradegoias.go.gov.br – (site consultado ao longo de toda a pesquisa)

ouropreto.mg.gov.br/historia – (acesso em junho de 2019)

nacoesunidas.org/agencia/unesco – (acesso em março de 2019)

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram do tipo semi-estruturadas, e, no desenrolar da conversa, foram feitas outras perguntas, porém sempre com base nas questões apresentadas.

- Nome:

- Idade

- Bairro onde mora

- Que tipo de problema você observa no seu bairro?
- Em que bairro da cidade você resolve suas coisas?
- Você frequenta o centro? Por qual motivo?
- Qual o movimento que você observa no centro?
- Você estudou na cidade de Goiás? Se sim, você viu alguma coisa com relação ao patrimônio na escola?
- Existe alguma relação entre você e o patrimônio? Você se identifica com ele?
- Como você observa a atuação da prefeitura na cidade?
- No seu ponto de vista, qual o maior problema da cidade de Goiás hoje?